

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Faculdade de Ciências Econômicas
Programa de Pós-Graduação em Economia

ADMIR CLEMENTE WETLER JÚNIOR

**ESPÍRITO SANTO 2025:
UMA ANÁLISE DAS IMPLICAÇÕES ECONÔMICO-SOCIAIS DO NOVO
CICLO PREVISTO DE INVESTIMENTOS**

Porto Alegre
2008

ADMIR CLEMENTE WETLER JÚNIOR

**ESPÍRITO SANTO 2025:
UMA ANÁLISE DAS IMPLICAÇÕES ECONÔMICO-SOCIAIS DO NOVO
CICLO PREVISTO DE INVESTIMENTOS**

Dissertação de mestrado apresentada ao
Curso de Pós-Graduação em Economia da
Universidade Federal do Rio Grande do
Sul.

Orientadora: Dra. Maria Alice Lahorgue.

Porto Alegre
2008

W539e

Wetler Júnior, Admir Clemente

Espírito Santo 2025 : uma análise das implicações econômico-sociais do novo ciclo previsto de investimentos / Admir Clemente Wetler Júnior. – Porto Alegre, 2008.
85 f. : il.

Orientadora: Maria Alice Lahorgue.

Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Economia, Porto Alegre, 2008.

1. Desenvolvimento econômico local : Espírito Santo. 2. Desenvolvimento regional : Espírito Santo. 3. Economia regional : Espírito Santo. 4. Investimento : Análise econômico-social : Espírito Santo. I. Lahorgue, Maria Alice. II. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Ciências Econômicas. Programa de Pós-Graduação em Economia. III. Título.

CDU 332.146

ADMIR CLEMENTE WETLER JÚNIOR

**ESPÍRITO SANTO 2025:
UMA ANÁLISE DAS IMPLICAÇÕES ECONÔMICO-SOCIAIS DO NOVO
CICLO PREVISTO DE INVESTIMENTOS**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como quesito parcial para obtenção do grau de Mestre em Economia.

Aprovada em: 08 de dezembro de 2008.

BANCA EXAMINADORA:

Prof^a. Marta Zorzal e Silva
Faculdade de Ciências Sociais - UFES

Prof. Ricardo Dathein
Faculdade de Ciências Econômicas - UFRGS

Prof^a. Marcilene Aparecida Martins
Faculdade de Ciências Econômicas - UFRGS

RESUMO

Este trabalho se propõe em analisar o terceiro ciclo de investimentos no Estado do Espírito Santo através das ações governamentais previstas, pró-desenvolvimento, e sua comparação com a literatura da economia regional, sistemas de inovação e a abordagem dos sistemas complexos. Procura-se destacar os aspectos que podem ser significativos para garantir o fomento desta atividade econômica em transbordamentos que atinjam a sociedade a sua volta de maneira positiva, buscando estabelecer os elos econômicos, sociais e institucionais que melhore o potencial inovador da região, fazendo desta atividade não somente um cenário pontual e destoante no Estado, mas algo que seja parceiro deste estado e sua sociedade.

Palavras-chave: Desenvolvimento sócio-econômico, Potencial inovador e Complexidade

ABSTRACT

The purpose of this work is to analyse the third cycle of investments in the State of the Espirito Santo through the foreseen governmental actions, pro-development, and its comparison with the literature of the regional economy, systems of innovation and the complex systems approach. It is looked to detach the aspects that can be significant to guarantee the promotion of this economic activity in overflows that reach the society its return in positive way, searching to establish the economic, social and institucional links that improves the innovative potential of the region, making of this activity not only a isolated and dissonant scene in the State, but something that is partner of this state and its society.

Keywords: Social and economic development, Potential innovator and Complexity

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Abordagem de Sistemas Complexos – Espírito Santo	32
Figura 2 - Distribuição do PIB microrregional	37
Figura 3 – Arranjos Produtivos Locais no ES	40
Figura 4 - Árvore de produtos do gás natural	48

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Análise do Crescimento do PIB Nominal das Microrregiões (2002-2005)	42
Gráfico 2 – Análise do Crescimento do PIB Per Capita das Microrregiões (2002-2005)	43
Gráfico 3 - Comparativo das taxas de crescimento acumulado do Espírito Santo e do Brasil - 1985-2004 (1985=100)	63

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Distribuição das 200 maiores empresas por município	36
Tabela 2 - Produção e reservas de petróleo e de gás natural no Espírito Santo (1994-2003)	39
Tabela 3 – Quadro Comparativo PIB e População Microrregional (2005)	44
Tabela 4 - Índice de Gini microrregional médio (1991 - 2000)	45
Tabela 5 - Principais atividades receptoras de investimentos no Espírito Santo	46
Tabela 6 - Distribuição dos investimentos por Microrregião Administrativa	47
Tabela 7 – Participação no PIB e na População e PIB <i>per capita</i> , por Microrregião (ES- 2005)	64
Tabela 8 - Capital humano capixaba	65
Tabela 9 – Número de empregos formais em 31 de dezembro de 2006 de algumas cidades capixabas (segundo a classificação em 8 setores).	66
Tabela 10 - Agregação das atividades em setores e compatibilização setorial	68
Tabela 11 - Multiplicadores Insumo Produto Regional – 8 setores agregados (Matriz Insumo-Produto de 1999)	69
Tabela 12 – Compra e Venda Setorial – Espírito Santo	70

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
1.1 O PROBLEMA E SUA IMPORTÂNCIA	12
1.2 OBJETIVOS	14
2. REVISÃO DE LITERATURA	17
3. METODOLOGIA	29
4. DO TERCEIRO CICLO DE INVESTIMENTOS NO ESPÍRITO SANTO	36
5. DA FORMAÇÃO DO SISTEMA REGIONAL CAPIXABA: OS SUBSISTEMAS NO TEMPO	49
5.1 HISTÓRICO DO ESPÍRITO SANTO	50
5.1.1 Ciclo Cafeeiro Capixaba	50
5.1.2 Quatro Décadas de Industrialização	54
5.2 QUADRO DECISOR- OPERANTE: DO CAFÉ AOS DIAS ATUAIS	55
6. QUADRO SISTÊMICO REGIONAL ATUAL	62
6.1 O SISTEMA OPERANTE	62
6.2 O SISTEMA DECISOR	71
7. CONCLUSÃO	77
REFERÊNCIAS	84

1. INTRODUÇÃO

(...) Por meio de outros processos, transformamos o mundo material apenas para agirmos uns sobre os outros, para nos entre-produzirmos. E o desenvolvimento é pleno na medida em que, pela reciprocidade dos serviços, prepara a reciprocidade das consciências (PERROUX, 1967, p. 196).

Estamos em 2025. O Espírito Santo acaba de se tornar um dos primeiros estados do Brasil a conquistar um padrão de vida semelhante àquele experimentado pelas nações mais desenvolvidas. A população capixaba se orgulha de ter erradicado a pobreza e de viver em um estado precursor de um modelo de desenvolvimento que se diferencia pela qualidade de seu capital humano, pela capacidade competitiva de suas empresas e por instituições públicas eficientes e reconhecidas. (ES 2025, Plano estratégico para o desenvolvimento do Espírito Santo; Vol. I, p. 23)

O mecanismo de mercado sob o regime capitalista se consagrou como um regime eficiente desde o momento em que se viu capaz de produzir um desenvolvimento tecnológico jamais experimentado na história das sociedades. Os ganhos em tecnologia se fazem importantes no sentido de conferir à população que dela se apropria maiores vantagens em termos de bem estar e qualidade de vida. Contudo, as dificuldades distributivas de tal mecanismo têm provocado uma intensa reflexão sobre as vantagens e desvantagens da maneira de se produzir os bens necessários à população. Isto se dá porque o sistema produtivo não representa somente uma relação quantitativa, mas principalmente, produz o ambiente político e social no qual se vive. Pobres e ricos são produzidos ao longo das gerações pelo próprio funcionamento da economia, das organizações e das instituições que regem a interação entre os agentes. Esta é a entre-produção assinalada por Perroux (1967).

Como este argumenta, o desenvolvimento para ser pleno deve passar pelo crivo da reciprocidade das consciências. Isto remete à necessidade da criação de oportunidade como um meio de propagação do desenvolvimento; este, aqui interpretado em seu sentido mais amplo, ultrapassando os limites das conquistas materiais (do crescimento), apesar de reconhecer sua necessidade, e “atingindo o universo das transformações de ordem mental e social duma população que lhe possibilitam o aumento cumulativo e duradouro do seu produto real global” (PERROUX, 1967, p. 179). Para que isto ocorra, este desenvolvimento deve estar relacionado sobretudo, como defende Sen (2000, p. 29), “com a melhora da vida que levamos e das liberdades que desfrutamos”.

Em economias periféricas, a desarticulação entre os fatores de alavancagem do desenvolvimento encerra uma dinâmica que reproduz o próprio subdesenvolvimento.

Entender a complexidade¹ desta reprodução passa pela necessidade de um repensar metodológico que caminhe para uma exposição ao próprio complexo antes de propor qualquer simplificação mutiladora², como salienta Morin (1990). Este chamado ao pensamento complexo está relacionado com o plano das ações e planejamento e sua constante luta contra as incertezas e aleatoriedades da realidade. Neste contexto se insere o objetivo deste trabalho ao tratar as questões futuras pertinentes ao estado do Espírito Santo, na necessidade de refletir as ações previstas por parte de seus agentes e suas repercussões para o desenvolvimento do estado.

Com uma população de 3.351.669³ habitantes, distribuídos em 78 municípios pelo estado e com uma renda *per capita* equivalente a R\$ 10.289,00, o oitavo do Brasil⁴, o Espírito Santo faz parte da região de maior atividade econômica hoje no país. Seu histórico sobrevoa a tradição herdada e ainda presenciada pelo ciclo do café e as marcas da industrialização inicializada a partir da década de 1950, com a diversificação das atividades produtivas, sobretudo as de extrativismo, metalurgia, siderurgia, papel e celulose e petroquímica bem como sua importante atividade portuária de abrangência internacional.

Atualmente, tem-se criado uma expectativa muito grande quanto aos rumos do desenvolvimento deste estado. Como mostra o plano de ação estratégica ES 2025, desenvolvido pelo governo estadual em parceria com a Petrobrás, “o estado vive um momento de euforia, mas também de grande risco (ES 2025; Vol. 1, p. 27). As novas descobertas de reservas de óleo leve, no ano de 2003, para a produção de petróleo e gás natural foram suficientes para elevar o ES à condição de segundo maior produtor nacional de petróleo. Os investimentos assim previstos para a região têm gerado fortes esperanças dos benefícios da intensificação da atividade econômica.

Somente a Petrobrás pretende investir cerca de US\$ 6 bilhões até 2010 (HANTEQUESTE⁵, 2006; p. 18). Soma-se a este o investimento do governo federal, com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) (BRASIL, 2007, p. 4⁶), lançado no segundo mandato do governo Lula, que pretende direcionar cerca de 40% do montante dos investimentos, da ordem de R\$ 503,9 bilhões, para o setor petroquímico.

¹ Tomando a definição de Morin (1990, p. 04) como sendo o tecido de constituintes heterogêneos inseparavelmente associados que apresentam o paradoxo da unidade e multiplicidade.

² Segundo o autor, o pensamento simplificador desintegra a complexidade do real se tornando assim reducionista, unidimensional e limitado.

³ Fonte: IBGE – Instituto brasileiro de Geografia e Estatística (ano de 2007).

⁴ Fonte: iPIB - <http://www.ipib.com.br/ranking/pesquisaValEstados.asp>

⁵ Em trabalho recomendado pela Rede de Notícias do Espírito Santo.

⁶ Disponível no site: <http://www.brasil.gov.br>

Todavia, para além da euforia, é preciso se apontar para as diferenças existentes entre crescimento e desenvolvimento e entender que o desafio original ultrapassa a promoção de maior intensidade na atividade econômica. Os trabalhos atuais têm mostrado que uma política de desenvolvimento eficiente é aquela que consegue melhorar o potencial inovador local e distribuir os benefícios da atividade econômica à sua população. É nesta direção que procura caminhar esse trabalho, em discutir como se aproveitar a atividade econômica e os novos investimentos previstos de maneira a promover o desenvolvimento local.

1.1 O PROBLEMA E SUA IMPORTÂNCIA

Este trabalho se propõe em **analisar o terceiro ciclo de investimentos no estado do Espírito Santo através das ações governamentais previstas, pró-desenvolvimento, e sua comparação com a literatura da economia regional, sistemas de inovação e a abordagem dos sistemas complexos**. Procura-se destacar os aspectos que podem ser significativos para garantir o fomento desta atividade econômica em transbordamentos que atinjam a sociedade a sua volta de maneira positiva, buscando estabelecer os elos econômicos, sociais e institucionais que melhore o potencial inovador da região, fazendo desta atividade não somente um cenário pontual e destoante no estado, mas algo que seja parceiro deste estado e sua sociedade.

O Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Estado do Espírito Santo (ES 2025) foi o motivador deste trabalho, despertando o interesse para poder tratar de questões futuras referentes ao estado. Este plano foi elaborado com a colaboração de vários especialistas, incluindo também entrevistas diretas com vários representantes de segmentos sociais e entidades estatais e não estatais e caminha no sentido de orientar o que se tem chamado de “terceiro ciclo de investimento”. Sua narrativa ultrapassa os 20 anos futuros para mostrar um cenário que o capixaba jamais evidenciou. Nesta “carta do futuro”, o estado, em 2025, com a implementação do plano, conta com patamares quantitativos e qualitativos semelhantes aos países desenvolvidos, criminalidade controlada, arranjos produtivos locais em pleno sucesso distribuídos em todo estado, um dos maiores índices de desenvolvimento humano do Brasil, pobreza erradicada e instituições públicas eficientes e reconhecidas.

Todavia, a problemática se estabelece justamente neste ponto, dado a dimensão de incerteza e o grau de aposta contida no universo do planejamento. Para Morin (1990, p. 15), *“toda estrategia, en cualquier dominio que sea, tiene conciencia de la apuesta”*. Ela sempre contará, em maior ou menor grau, com riscos e incertezas. O planejamento sem dúvida

constitui este universo de luta de elementos probabilísticos controláveis e elementos não controláveis. Para caminhar neste ambiente, os planejadores procuram imaginar certo número de cenários, pensarem nas interações e repercussões das diferentes variáveis sobre as outras; o que faz da informação sua principal aliada.

Os momentos de incerteza são também os momentos apropriados de surgirem respostas inesperadas e inovadoras (MORIN, 1990). Nesta hora que se abre a janelas para o que não se é trivial, as janelas de oportunidades (PEREZ, 1988). No momento em que soluções antigas são insuficientes e a incerteza e o aleatório levam a sociedade a um momento gravitacional, a ação humana ganha força de mudança onde as propostas mais inesperadas podem surgir como elemento forte (LAHORGUE, 1993). Em países periféricos (ou regiões), esta situação de incerteza e incômodo são uma constante devido às inquietações provocadas pela privação e injustiça social.

Em outra direção, como salienta Speranza (2006, p. 147), “não se deve negligenciar existir uma forte intencionalidade política no debate do desenvolvimento local no Brasil”. A promoção regional tem sido um combustível para um processo político de partidarismos, luta de classes e oportunismo. Muitos projetos prometem mais do que é concebível, e falam sem propriedade de interesse social unicamente como mecanismo de promoção eleitoral; em seguida estes projetos são engavetados ou intencionalmente alcançam resultados parciais em sua execução. Os resultados prometidos pelo ES 2025 precisam passar também por esse crivo.

O cenário político, econômico e social capixaba apresenta muitas dessas características. O resultado de uma desarticulação no sistema de produção das necessidades se manifesta na muita desigualdade, na pobreza generalizada e em toda sorte de dados insolúveis ao desenvolvimento humano. Sua necessidade de projetos de cunho desenvolvimentista e de soluções para seu atraso são evidentes. Somente este pensar no que se tem feito ou se irá fazer pode trazer propostas diferenciadas, que sejam capazes assim de trazer o resultado desenvolvimentista esperado. Como ressalta Morin (1990, p. 17), “*Es necesario, a menudo, abandonar las soluciones que solucionaban las viejas crisis y elaborar soluciones novedosas.*”

O desafio central para o desenvolvimento regional envolve criar e fortalecer a capacidade inovativa. Em um ambiente concorrencial como os atuais, esta capacidade deve caminhar na direção da produção e sua flexibilidade produtiva e na colaboração-articulação dos diversos atores da sociedade, quer sejam governos, organizações provedoras de conhecimento científico e tecnológico, empresas, entre outros.

Esse poder social é um recurso cuja capacidade potencial aumenta com o uso. O “*embeddedness*” social, assim, acaba por ser o principal definidor dos rumos da localidade, uma vez que a inovação é produto gerado a partir de um corpo de agentes devidamente ajustados e em interação. Este processo, todavia, é uma construção não somente passada, mas também presente e, em todo tempo, complexa. E nesta complexidade, é fundamental se estabelecer um marco objetivo de desenvolvimento através das capacitações para este estado.

Este trabalho sustenta a complexidade das soluções de ordem institucional e sistêmica envolvidas na estratégia de desenvolvimento regional e na probabilidade de haverem alguns frisos no plano de ação que se pretende implantar no estado do Espírito Santo (ES 2025). Parece mais concebível vislumbrar o alcance das metas propostas no plano em um universo temporal mais longo.

Este juízo é justificável pela vasta literatura que tem apontado para as dificuldades concernentes à mudança institucional. A natureza dependente e cumulativa são verdadeiros desafios de qualquer política no presente. Como exemplo, em recente estudo sobre o processo institucional dos países com economias desenvolvidas, Chang (2004) observa que o processo democrático que seria o mais favorável ao desenvolvimento teria sido fruto de um complicado e lento processo de reformas. A complexidade do comportamento coletivo pode fazer dos resultados destas políticas algo totalmente oposto ao desejado.

Uma outra hipótese seria que, ao contrário do que se espera no projeto, o estado estaria caminhando para uma acentuação de suas diferenças espaciais em decorrência dos fatores de aglomeração e da forte presença de um modelo desenvolvimentista distorcido que nele se consolidou. Esse modelo criou um corpo de instituições que se embrenharam pelo próprio funcionamento sistêmico do estado, contribuindo para a perpetuação de uma realidade concentradora.

Por fim, a hipótese de que a solução mais eficaz para o estado enfatiza seu aspecto institucional e apresenta solução de ordem complexa, fazendo-se obrigatório se desobstruir as vias de capacitação para o desenvolvimento, potencializando a região como um cenário competitivo e inovador. Mais do que se inserir investimentos maciços em infra-estrutura e mesmo em agregados educacionais, existe uma necessidade maior de formação comportamental na qual o universo material exerce influência tangente; e sob estes aspectos pesam a maior responsabilidade pela concretização do desenvolvimento em sua plenitude.

1.2 OBJETIVOS

O objetivo central deste trabalho é contribuir, através da literatura existente sobre desenvolvimento regional, na averiguação de ações que favoreçam o desenvolvimento do Espírito Santo. O ponto central é fazer uma retrospectiva histórica procurando identificar a direção que o estado vem tomando em seu sistema produtivo e como a estrutura produtiva reflete na formação social do estado.

Pontualmente, algumas questões deverão ser tratadas, como:

- Identificar o modelo de desenvolvimento vivido pelo estado nas suas décadas de industrialização intensificada.
- Expor a metodologia da abordagem complexa como ferramenta para visualização de projetos, pelo instrumental histórico-institucional que considera a trajetória anterior e buscar as diversas correções que afetam o processo evolutivo regional.
- Estabelecer um conceito de desenvolvimento como um composto da abordagem das capacitações e sistemas de inovação e, por este conceito, critérios para avaliação qualitativa de projetos.
- Discutir sobre os fatores de aglomeração e suas implicações para o desenvolvimento do estado em sua correlação direta com a questão da interiorização do crescimento intencionada.

O trabalho será estruturado em cinco capítulos, além desta introdução e do desfecho conclusivo. O primeiro se trata da revisão de literatura e da metodologia, onde se expõe os principais conceitos que compõem a teoria dos Sistemas de Inovação (SI), da metodologia complexa, da abordagem das capacitações e da literatura que trata sobre o estado, em seus tempos passados, presente e futuro; através dos autores que se destacam em cada área de pesquisa; bem como a forma como estas teorias se comporão na execução deste trabalho. Os capítulos que se seguem serão em cumprimento dos objetivos dispostos à pesquisa.

No segundo capítulo, “Do Terceiro Ciclo de Investimentos”, procura-se descrever os projetos e intervenções governamentais previstas para o estado. No capítulo três, retoma-se a historicidade do estado como instrumental para se verificar a factibilidade dos projetos futuros citados, já delimitando em cada corte histórico os subsistemas delineados. No capítulo posterior, delimita-se os sistemas decisor e operante atuais do ES e procura-se esboçar como se dá a comunicação entre estes sistemas. Por fim, retoma-se as literaturas de desenvolvimento procurando estabelecer um composto de capacitações e potencial inovador como a via para os melhoramentos da economia regional.

2. REVISÃO DE LITERATURA

A literatura concernente a este trabalho circunda alguns elementos fundamentais na discussão do desenvolvimento regional. É certo que o aspecto metodológico será o elemento norteador maior, à medida que o processo de investigação deve ser marcado de objetividade e foco, haja vista as infinitas possibilidades de produção textual. Isto é o que delimita a investigação científica e a valoriza ao trazer a peculiaridade do método para se discutir as mais variadas questões (TORRES, 2007).

Neste ponto, optou-se por adotar uma metodologia da abordagem recente relacionados aos sistemas complexos, encabeçadas principalmente por autores como Edgar Morin, Le Moigne, Passet, Dupuy, entre outros. Esta abordagem parece comportar o desafio de se compreender os sistemas em termos de sua complexa rede de inter-relações e interdependências, trazendo uma dinâmica complexificação-simplificação, ou, uma dialógica ordem/desordem/organização⁷, muito aplicável para a esfera dos estudos regionais. Neste ínterim, é fácil perceber que a questão do desenvolvimento regional, aqui colocado em pauta, é de ordem complexa; o que justifica esta escolha (TORRES, 2000).

É certo, porém, que muito dos escritos sobre complexidade são de ordem discursiva sobre o processo epistemológico e de pouca aplicabilidade direta, neste ínterim, ao escopo deste trabalho, pois “não fornecem diretamente uma definição operacional do método” (LE MOIGNE, 1986; p. 57) (salvo a importância reflexiva do processo de desenvolvimento da ciência). Para Morin (1985), por exemplo, a complexidade seria mais um desafio do que uma resposta. Seus pilares fundamentais estariam na ausência ou destruição de fundamentos da certeza e na tentativa de um pensamento menos mutilante e mais racional possível. Tal perspectiva, neste ponto, torna-se deveras relativista e incrédula sobre a verdade e conclusões, o que é o lugar comum da atual filosofia.

Mas o que faz da metodologia complexa o recurso escolhido para a seqüência deste trabalho é sua proposta metodológica enquanto recurso analítico para compreensão sistêmica. Le Moigne, em seu livro “La modélisation des systèmes complexes” e Lahorgue (1993), em artigo intitulado “A complexidade do real : a ciência regional à procura de uma nova matriz de leitura”, bem como em sua tese doutoral, trazem esta proposta metodológica sistematizada.

⁷ Morin (1985, p. 104)

O trabalho da professora Lahorgue estudou a economia regional do Rio Grande do Sul e tem um escopo semelhante à proposição feita nesta pesquisa.

Fundamentalmente, é pelo conceito de autonomia que esta metodologia tem-se levantado, esta idéia, por sua vez, advinda da biologia, privilegia a identidade e a capacidade de evolução única de um determinado organismo (ou região). Os recursos analíticos vão sendo obtidos a partir da identificação do funcionamento deste organismo e de sua relação interna e com o meio externo em que se insere. Este se voltar para si, segundo Morin (1985, p. 21), “caminha em direção à identidade e a individualidade do ser, que o perpetua em relação a um lugar central em detrimento de outros”.

De forma clara, é preciso estudar um objeto a partir de sua definição e de sua atividade/finalidade. A resposta a estas questões é que permitem a compreensão da organização das partes do todo (LAHORGUE, 1993). A delimitação deste espaço, porém, é um processo arbitrário que se qualifica na proporção do processo político que o envolve; considerando o aspecto histórico de renovação pelo qual a natureza funcional deste espaço ou objeto, persiste e se transforma. Na abordagem sistêmica, esta identidade é percebida pela evolução dos sistemas operacional, decisor e informativo que configuram este espaço (LAHORGUE, 1992).

Para o contexto regional, a identidade social expressa essa autonomia que consegue fazer da parte ou da região, um elemento particular contido em um todo. Segundo Torres (2000⁸), esta identidade seria a resultante do modo de vida partilhado pelos membros da comunidade ao longo dos anos, derivando um todo cultural integrado onde os indivíduos mantêm uma relação dialógica de primitivo e derivado, onde suas identidades seriam reproduzidas. Tal mecanismo reflete um sistema complexo pelo qual se forma a identidade regional.

Em decorrência desta proposta metodológica, há que se fazer um levantamento histórico identificando as características sócio-econômicas regionais, bem como sua trajetória dinâmica ao longo do processo. Isto significa identificar as transformações na esfera da estrutura produtiva, bem como alterações de ordem social e política sofrida por esta sociedade com o passar do tempo e as interações existentes entre estas duas esferas no seu aspecto de repartição do produto.

Neste levantamento histórico, entra em cena uma literatura regional que trate da formação sócio-econômica do Espírito Santo. É nesta direção que caminha o trabalho de

⁸ Versão modificada do texto apresentado no Seminário “Cultura do Desenvolvimento, Cultura e Desenvolvimento, Desenvolvimento e Cultura”, em outubro de 2000.

Guilherme Henrique Pereira intitulado “Política Industrial e Localização de Investimentos e o Caso do Espírito Santo”, de 1997, vem a ser um dos principais trabalhos que tratam dessa questão. Neste livro, o autor procura estabelecer um marco teórico dos sistemas de inovação, muito focado na obra de Giovanni Dosi, aplicando para o ES. Assim, procura discutir o processo de industrialização capixaba e da maneira como foram implementadas as políticas industriais no estado.

Os trabalhos de Rocha e Morandi (1991) também vão fazer um importante apanhado sobre o desenvolvimento da economia capixaba, sobretudo, serão extensivos na descrição do processo de transição da cafeicultura à industrialização, com apresentação de muitos dados quantitativos, bem como elementos sociais, políticos e institucionais. Segue esta direção também o trabalho organizado por Vasconcellos e Davel (1998), apresentando uma coletânea de artigos tratando do processo histórico da economia do estado.

Marta Zorzal, professora do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo, também tem publicado importantes trabalhos sobre o ES. Em “Estado, interesses e poder”, de 1995, ela procura perfazer o caminho dos mecanismos decisores no estado, explanando sobre a formação dos partidos e a decisões que foram tomadas a partir deste complexo de agentes, seus interesses e a estrutura de poder. O artigo “interesses em jogo”, de 1987, traz resumida estas questões. Em “A Vale do Rio Doce na estratégia do desenvolvimento brasileiro”, de 2004, trará os elementos político-econômicos envolvidos na questão desta empresa primeiramente estatal, muito importante para a economia regional; e em entrevista concedida a José Caldas, da Revista Vida Brasil, em 1998, discute a formação institucional do estado e seus desafios futuros.

Outros trabalhos foram desenvolvidos numa outra linha de investigação, procurando estabelecer as características institucionais herdadas do processo migratório ocorrido em meados do século XIX, como os de Maria Cristina Dadalto (2005), que procura fazer o vínculo da herança institucional do trabalho familiar com a estrutura de pequenas empresas presentes no estado; Castiglioni (1998) e Colbari (1997), que trazem um levantamento histórico da imigração, entre outros.

Finalmente, sobre a questão futura do estado, existem algumas alternativas. O Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Espírito Santo (ES 2025) que consiste em um relatório de 11 volumes, que serão sintetizados posteriormente neste trabalho, elaborado pela Macroplan, empresa com experiência na área de projetos, para o Governo deste estado e que contou com a parceria da Petrobrás no seu financiamento. Estes volumes, além do primeiro que consiste numa síntese geral do plano, encerra o trabalho de pesquisa histórica,

especulações sobre cenários futuros e todo um agregado informativo composto para a formulação das estratégias de ação no estado, conforme levantamento obtido. Contribuirão os estudos do Instituto Jones dos Santos Neves, órgão governamental destinado a pesquisas sobre a economia regional possuindo uma série de artigos, dados quantitativos e estudos diversos, como , por exemplo, uma série que trata dos investimentos previstos para o estado. Neste ponto, também estudiosos da economia regional do estado e outras fontes especulativas sobre seus rumos podem ser abordados, como a entrevista de Marta Zorzal concedida a Revista Vida Brasil e mesmo entrevistas diretas com especialistas no assunto.

Paralelamente a este levantamento histórico, dois eixos de investigação também serão úteis e comporão o escopo deste trabalho: a abordagem evolucionária e a abordagem das capacitações, ambas atreladas à idéia mais atual a respeito do desenvolvimento. A primeira abordagem cuida da questão da capacidade tecnológica regional, seu sistema de inovação, como fator fundamental para o seu desenvolvimento ante um cenário cada vez mais competitivo, cujo conhecimento se torna cada vez mais fundamental. A abordagem das capacitações enxerga o desenvolvimento pelo aspecto dos ganhos sociais com o processo econômico e tem como principal fonte, os escritos do professor Amartya Sen.

Diversos autores têm explorado as condições do crescimento econômico de maneira sustentável. A literatura neo-schumpeteriana tem na abordagem dos sistemas de inovação proposto caminhos para fortalecer as bases territoriais. Autores como Nelson, Winter, Lundvall, Michael Storper, Carlota Perez são alguns que tem publicado nesta linha. Esta literatura tem concentrado na inovação o foco fundamental do sucesso econômico. A geração de capacidade inovativa no território como um fenômeno evolucionário, todavia, ocorreria em meio a sinergias positivas ocorrentes entre o conhecimento, os atores e redes e as instituições⁹. A economia evolucionária interpreta a inovação não como um fenômeno marginal, mas como um produto da própria dinâmica e do crescimento das nações, regiões, setores, organizações e instituições (CASSIOLATO e SZAPIRO, 2002).

Esta trajetória dinâmica seria responsável por gerar um conhecimento tácito difícil de mensurar e de grande importância, como ressalta Lundvall (1988). Esse conhecimento tácito para Abramovitz (1994) é a representação do capital sob o que é intangível, isto é, sob a forma de conhecimento e informação. Na mesma direção, Carlota Perez diria que “não se trata de desenvolver um produto com sucesso, mas de estabelecer sistemas tecnológicos inter-

⁹ Segundo classificação proposta por Malerba (2003).

relacionados, em evolução, que geram sinergias para se auto-sustentar o processo de crescimento” (PEREZ, 1988; p. 476).

A integração estratégica proposta da abordagem dos sistemas de inovação é condizente com o novo paradigma de desenvolvimento utilizado atualmente pelos países mais avançados. A promoção de tecnologia, hoje, está fortemente vinculada aos laços institucionais estrategicamente estabelecidos, que criam um ambiente favorável aos transbordamentos, via fluxo do conhecimento, favorecendo a inovação e, desse modo, os ganhos em competitividade, quer seja no âmbito da firma individual, quer no sentido regional ou demais abrangências.

Neste ponto busca-se estabelecer vínculos entre duas teorias do desenvolvimento muito presente no cenário atual, nos círculos de discussão mundial, que, porém, tem tomado caminhos bem distintos: a teoria das capacitações e a idéia de liberdade sustentada por Amartya Sen, e a teoria evolucionária, advinda da corrente neo-schumpeteriana. A primeira teoria tem estado presente nas discussões sobre questões sociais e do meio-ambiente, sobretudo em se utilizar os conceitos de pobreza multifocal, abordando as novas formas para medição da pobreza, priorizando a perspectiva da liberdade. A segunda está mais atrelada às pesquisas empresariais, no desafio de se abrir a “caixa preta” das empresas para entender o que é efetivo para uma boa competitividade.

Procura-se aqui trabalhar as questões que unem estas duas vertentes para uma teoria do desenvolvimento que contemple a dinâmica do capitalismo com o social, de maneira a se contribuir para definição do que é efetivo em um modelo de desenvolvimento regional. A falta de diálogo entre estas duas teorias no concernente ao funcionamento sistêmico torna dual a discussão da geração de riqueza e pobreza, quando, na verdade, ambas se processam de forma conjunta, em lugar comum. A falta de simultaneidade no tratamento destas questões vem a ser uma falha que impede soluções sistêmicas de funcionamento.

Nem sempre a economia de mercado é eficiente em gerar crescimento econômico e não é todo ou qualquer crescimento econômico que gera bem-estar para a população. A depender de sua qualidade, os agregados sociais podem inclusive deteriorar-se, na medida em que o foco deste crescimento não esteja no espraiamento social dos ganhos da acumulação econômica.

É preciso se medir o desenvolvimento regional sobre a ótica da liberdade. Nesta ótica o conceito de desenvolvimento fica atrelado à promoção dos meios para a pessoa viver segundo aquilo que valoriza, o que requer a eliminação de privações que vão desde o material à aspectos capacitativos subjetivos. O desenvolvimento fica condicionado ao progresso da

condição de agência (*agency aspect*) da população, que perpetua o indivíduo com uma identidade participativa e o valorizada na sociedade. Assim, o papel da renda e da riqueza, embora importantes, “tem que ser integrado a um quadro mais amplo e completo de êxito e privação” (SEN, 2000, p. 35).

Na abordagem das capacitações se consegue captar uma relação importante entre pobreza e desenvolvimento. Ela vai dizer que a promoção da qualidade de vida, do empoderamento da população é fundamental ao desempenho econômico de uma sociedade. É neste ponto que o vínculo acontece. Aqui se vê que as temáticas do funcionamento das empresas e a esfera social não podem estar desvinculadas. As empresas tem adotado uma política empregatícia, em tempos atuais, cada vez mais restritiva, e, logicamente, existe todo um processo social ocorrendo em consequência da dinâmica do capital.

O desemprego generalizado não é uma questão somente de países retardatários, mas uma questão global, presente no próprio funcionamento do sistema capitalista. Para a esfera social, o sistema marginaliza e concentra, mas, ao mesmo tempo, oportuniza e eleva os padrões gerais de vida, porém, por vias indiretas. Neste ponto estaria a má qualidade do crescimento, os ganhos sociais adquiridos, quando ocorrem, ocorrem muitas vezes sob uma maioria passiva ao processo, e, sobretudo, os ganhos adquiridos não intencionam a qualidade de vida da população.

O argumento principal é que “a liberdade não é apenas o objetivo primordial do desenvolvimento, mas também seu principal meio”, como advoga Sen (2000, p. 55). No seu livro, *Desenvolvimento com liberdade*, o autor trabalha a questão da liberdade, como o antagonismo das privações e da falta de capacitação de um ciclo vicioso da pobreza. Seriam cinco as liberdades instrumentais a serem conferidas à sociedade: 1) Liberdades políticas, 2) facilidades econômicas, 3) oportunidades sociais, 4) garantias de transparência e 5) segurança protetora (SEN, 2000, p. 55).

As liberdades descritas têm um papel instrumental sobre o desenvolvimento, podendo contribuir muito eficazmente para o desenvolvimento. Essa eficácia reside no fato de que “diferentes tipos de liberdade apresentam inter-relação entre si, e um tipo de liberdade pode contribuir imensamente para promover liberdades de outros tipos” (SEN, 2000; p. 54).

No Espírito Santo, a má qualidade do crescimento se expressa com a construção de uma sociedade dual, socialmente heterogênea e desproporcional. Há pouca demanda pelos mega-qualificados e uma economia de comuns, em um processo de subsistência moderna. O modelo de industrialização implantado trazia a visão distorcida da esperança de o próprio crescimento encaminhar melhoramentos na qualidade de vida e capital humano na sociedade.

O industrialismo vivido se preocupou, sobretudo em trazer as grandes empresas para a região, na conclusão de que a industrialização era um fim em si mesma, essencial para se chegar aos resultados positivos em qualidade de vida obtidos nos países avançados.

A falta de comprometimento com o engrandecimento populacional foi uma chave para a insustentabilidade do modelo de crescimento. Não se soube aproveitar os ganhos da acumulação vivenciada. Deixou-se de munir a população de capacitações e isto refletiu no âmbito institucional, sobretudo com a reestruturação dos anos 1980, numa desqualificação regional ao capital exterior.

Não é sem razão que Pereira (1997) observa a década de 1980 sendo marcada de tentativas somente locais de alavancagem, denotando a fuga do capital externo ante ao novo paradigma do desenvolvimento. O capital externo se retira por passar a demandar mais do que as riquezas naturais e a mão de obra barata que os países atrasados possuíam. O mercado consumidor potencial, aliado à demanda por mão de obra qualificada e um corpo de estrutura institucional que reduz custos de transação passa a ser o alvo da atividade econômica.

Assim, com o caráter cada vez mais presente da tecnologia, fica evidente que fazia diferença a localização e o espaço no qual se insere a produção das empresas. Elementos geradores de externalidades das mais diversas, favoráveis à criação e difusão de novas tecnologias, passam a ser a tônica da indústria moderna, que, mais do que nunca, poupa mão-de-obra pela utilização de tecnologia.

Dessa forma, buscam-se regiões nas quais se verificam melhores condições de:

- 1) Base de desenvolvimento Educacional e Científico
- 2) Base de Pesquisa e Desenvolvimento Industrial
- 3) Estrutura de mercado. Preferencialmente, o mercado concorrencial
- 4) Estruturas de Difusão
- 5) Ambiente macroeconômico adequado à inovação

Nota-se nas experiências européias, de países como a Itália¹⁰ e a Espanha¹¹, o prevalecer histórico dos grandes centros inovadores. Territorialmente concentrados no que ficou conhecido como a “*blue banana*”¹², uma área que vai do norte da Itália ao sul da Inglaterra (até Londres) passando pela França (Paris e Lyon), Alemanha (Munique,

10 Ver LAHORGUE (2004, p. 17)

11 Vale lembrar que as experiências da Espanha e Itália significaram uma retomada na competitividade econômica e uma recolocação destes países no cenário internacional enquanto potências econômicas, tendo em vista sua perda relativa nos anos 1980, com a reestruturação japonesa, americana, inglesa e alemã. Albuquerque Llorens mostra como estes países conduziram importantes políticas focadas no seu tecido empresarial de pequenas e médias empresas (LLORENS, 2001). Nesta linha também teria caminhado Japão e Canadá.

12 Ver (HERRSCHEL e NEWMAN, 2002; p. 44).

Hamburgo) Holanda e Bélgica, concentra os mais importantes centros inovadores do mundo. Assim, também, o exemplo norte-americano de conexão governamental nesta fase de reestruturação dos anos 1980, com o fim do modelo fordista, que aprofundou os laços institucionais entre empresas e Órgãos de P&D nacionais, incluindo a pesquisa militar são exemplos desta caminhada histórica de sucesso do que se chama Sistema de Inovação.

De igual forma, a experiência asiática, com o Japão tendo sido, inclusive, historicamente pioneiro neste processo, caminha na direção da geração de capacidade inovadora, fortemente amparada pela qualificação da mão-de-obra, onde se viu a disseminação de toda uma cultura popular penetrar na atmosfera do funcionamento da firma de modo a ser parceiro do próprio desenvolvimento desta, haja vista a assimilação deste trabalhador aos interesses da empresa pela sua participação mais empoderada¹³ e pela própria consciência pessoal, derivada da própria institucionalidade japonesa, que o conduzia ao bom desempenho.

Em seqüência, vêm os “pequenos”¹⁴ países asiáticos (NIEs – Economias de Industrialização Recente) também apostando neste perfil de qualificação generalizada e no bom aproveitamento do comércio exterior na promoção de um corpo de empresas nacionais prontas a receber o capital externo de forma a satisfazer a ambos interesses, não comprometendo a sustentabilidade, a soberania e o desenvolvimento nacional. Estes países conduziram políticas que conciliaram abertura com restrições, apostando que o investimento direto seria mais atraído pela perspectiva de crescimento do que pelo quadro medidas não restritivas.

É interessante notar também que a euforia dos que advogam a direção dos sistemas de inovação não parece estar nas experiências de sucesso, mas na sua própria proposta de evolução teórica no que diz respeito à metodologia clássica ainda prevalente. É comum dos seus diversos autores despenderem mais tempo e palavras na defesa deste novo modo de se enxergar a economia¹⁵, como um sistema evolutivo onde a inovação é um processo conflitivo de desenvolvimento; por envolver antagonismos de destruição e criação e fenômenos de encadeamentos complexos, inerentes à própria lógica desta economia de mercado, do que investigando os mecanismos desta evolução. Todavia, tal corpo teórico estaria mais apto a explicar fenômenos como a aglomeração, a corrida inovativa, a proteção à inovação pelas patentes e mesmo a informalidade do mercado.

¹³ Referente à sua inserção no processo decisivo-participativo.

¹⁴ Coreia do Sul, Taiwan, Hong Kong e Singapura

¹⁵ Como exemplos, ver Cap. 2 de Dosi, et al (1990; p. 15-31), Nelson e Winter (2006, pp. 17-44), Teece e Pisano (1994, pp. 537-556) e Metcalfe (1998, pp. 10-40).

Esta idéia de sistema consiste em se entender a industrialização como um processo primeiramente territorial, sublinhando a importância da aglomeração e fatores não-econômicos (cultura, norma e instituições) para o desempenho econômica regional. Nesta visão, a inovação é observada como “um processo social”, o que remete a implicações profundas para o embasamento das políticas industriais e tecnológica (ASHEIM e COOKE, 1998). Neste ponto, é preciso se identificar os fatores que determinam esta concentração e dispersão. Storper e Venables (2003) salientam fortes razões para um processo cumulativo e concentrador, quais sejam a tecnologia da comunicação, com a diminuição dos problemas de incentivos, a facilitação da socialização e aprendizado e a provisão de motivação psicológica .

Segundo Cassiolato e Szapiro (2002, p. 6), um sistema:

“(...) seria constituído por elementos (e relações entre elementos) onde diferenças básicas em experiência histórica, cultural e de língua refletem-se em idiossincrasias em termos de: organização interna das firmas, relação inter-firmas e inter-institucionais, papel do setor público e das políticas públicas, montagem institucional do setor financeiro, intensidade e organização de P&D, etc.”

No caso de países subdesenvolvidos, todavia, é mais comum se falar de Arranjos Produtivos Locais (APL's) do que de Sistemas de Inovação, em decorrência da fraca estruturação sistêmica destes, muitas vezes com laços pouco estabelecidos e mesmo falta de foco inovador (CASSIOLATO e SZAPIRO, 2002). Neste caso se enquadra a economia capixaba, com arranjos produtivos insipientes. Os atuais nichos potenciais a serem explorados seriam o setor de Confeccções, o de Mármore e Granito, Café, Fruticultura, Silvicultura, Celulose, Artefatos e Móveis, Metal-Mecânica, Minerais e Siderurgia, Construção Civil, Turismo e o de Petróleo e Gás.

Esta abordagem é condizente com a questão da complexidade acima descrita. As sinergias necessárias ao processo de inovação remetem ao complexo de fatores históricos que formaram a realidade regional. As instituições locais geradas determinariam o nível de aprendizado potencial e representariam um aspecto fundamental para a competitividade (STORPER, 1995). As interações “face-to-face” locais ocorreriam mediante regras e valores, formais e informais, que prejudicariam ou não a circulação de informações. Um preciso arranjo institucional poderia, então, maximizar os transbordamentos pró-inovação. Mas a pergunta fundamental residiria em quais ações encorajar e como obter os atores certos. A experiência tem mostrado, segundo Storper, que responder estas questões deve passar fundamentalmente pelo conhecimento das características locais em questão.

Esta teoria também resgata o papel do Estado como orientador de uma política econômica para o desenvolvimento. Isto se justificaria pela necessidade de direcionamento da

atividade econômica, de maneira a trazer coesão e orientação no decorrer das atividades. Segundo Storper (1994), a aplicação privada em tecnologia pode não contar com um pacote tecnológico coerente, por muitas vezes os fatores de mercado e os caminhos da tecnologia não conduzirem a uma direção fechada de oportunidades. Este resgate do intervencionismo é proposto no ES 2025, expresso, por exemplo, nas ações de promoção do capital humano e na interiorização do crescimento via arranjos produtivos locais (ES 2025, 2004).

A dependência à trajetória (*path dependence*), muito trabalhada nesta linha de investigação, deve ser o maior desafio a ser enfrentado por qualquer região que deseja desenvolver-se. As interações pré-existentes são retransmitidas ao longo do tempo pelas instituições existentes. Ocorre que mudar estas instituições não é tarefa fácil. Como defenderiam os autores neo-institucionalistas, não se pode mudar o comportamento de uma sociedade de imediato ou por decreto.

Perez (1988) tem se empenhado em desenvolver trabalhos pensando sobre os desafios para o *catching-up* de países em desenvolvimento. A autora ressalta que as diferenças estruturais existentes entre estes países e os desenvolvidos têm não só permanecido como se intensificado e reconhece a dificuldade destes países em se industrializar. Para ela, “um real processo de *catching-up* pode ser alcançado somente ao se desenvolver a própria capacidade de gerar e melhorar tecnologias, em oposição ao simples uso delas” (PEREZ, 1988; p. 459). Daí, depreende-se que as restrições para a entrada de uma região) em dada atividade não é simplesmente uma questão de custo, mas de um conjunto inter-relacionado de características que a região adquire. Cassiolato e Szapiro (2002) apontam para o fato de existir diferença entre os agentes e sua capacidade de aprendizado, fazendo o mundo ser não ergótico.

Neste ponto, faz sentido o relatório ES 2025, que demonstra uma preocupação com a restauração institucional do estado. Os índices de criminalidade elevados, o descrédito da administração pública e do sistema judiciário, marcados por inúmeros escândalos, deterioram os mecanismos de cooperação e confiança necessários ao desenvolvimento. Todavia, muitas vezes, as medidas tomadas em direção ao progresso podem tomar rumos totalmente opostos. O oportunismo dos indivíduos pode trazer respostas muito distante de uma política de êxito em uma dada região.

Isto levanta duas questões importantes: 1) Não replicabilidade das políticas ; 2) a necessidade de ferramentas para se tocar no embeddedness social. Em relação ao primeiro ponto, Edquist (2001) ressalta da falta de originalidade dos projetos regionais. É muito difícil para uma sociedade assimilar algo produzido externamente. Os fatores endógenos parecem ter maior efeito persuasivo para a cooperação. Perroux (1967) já destacava a importância da

adesão local ao projeto intencionado. Sem esta adesão, as engrenagens da inovação que são o aprendizado possibilitado pelas transferências, ficam definhadas. A solução do segundo ponto tem sido feita pela educação e a intervenção estatal.

O papel da educação é importante para a alavancagem regional, apesar da relativamente fraca eficácia percebida. Assim, as qualificações que competem ao sistema educacional precisam ultrapassar o universo intelectual do aprendizado e tocar a dimensão da formação das vontades, habilidades e conscientização. Nelson e Winter (2006) salientam que o desvínculo entre a ciência promovida nas escolas e a tecnologia desenvolvida nas empresas é um problema comum ao desenvolvimento local. Tal cenário denota uma falta de objetividade que repercute negativamente no desempenho econômico.

Analisando a experiência de sucesso japonesa do pós-guerra, Freeman (1988) destaca que os desenvolvimentos não teriam sido possíveis sem mudanças na educação e no treinamento da força de trabalho e um conjunto de mudanças nas relações sociais, quebrando as barreiras institucionais existentes. Nesse processo, o Estado se faz importante.

O autor destaca também a importância de se ter um processo tecnológico de empresas nacionais (locais). A passividade tecnológica geraria dependência e atraso. Paralelamente, o envolvimento da força de trabalho na mudança técnica possibilitou, além de inovações, maior mobilidade social, tornando-se um mecanismo de incentivo relevante.

Como salienta Lundvall (1988), em um período de fortes mudanças tecnológicas da base econômica, organizações estabelecidas e padrões institucionais podem mostrar-se importantes obstáculos para explorar o pleno potencial de novas tecnologias. Mudanças institucionais deve ser uma das formas de inovações que podem dar força ao sistema de inovação da nação frente a economia mundial (LUNDVALL, 1988; p. 18).

A abordagem das capacitações é complementar à primeira, na medida em que representa o aspecto mais social do desenvolvimento. Essa abordagem salienta que o foco principal do desenvolvimento é a promoção de qualidade de vida da população. Todavia, dado que a história mostra que a qualidade de vida tem muito a ver com o processo tecnológico, parece conveniente atrelar à idéia de sistemas de inovações a abordagem das capacitações de Amartya Sen, sobretudo, na diferenciação que faz entre crescimento e desenvolvimento.

A importância desta discussão deriva da necessidade de aplicar de maneira adequada a renda gerada pelos novos investimentos, no sentido de promoção sustentável de oportunidade e melhoria nas liberdades de cada indivíduo. Seria uma sustentabilidade crescente, na medida em que esta promoção de capacitações impulsiona o próprio processo de desenvolvimento “a posteriori”, sendo um ciclo aceitável de desenvolvimento humano, que visa o suprimento

daquilo que é mais fundamental, como educação, saúde e longevidade. Já presente em Perroux (1967), todavia, essa perspectiva, por meio dos trabalhos de Sen, encontrou grande repercussão na última década, tendo ampla utilização nas discussões atuais sobre pobreza e meio-ambiente das grandes organizações mundiais, como a ONU/PNUD, Banco Mundial, entre outras.

3. METODOLOGIA

A observação dos processos de desenvolvimento mostra a presença de uma articulação entre criação e destruição (LAHORGUE, 1993). Estes modelos de criação-destruição se aproximam da proposição schumpeteriana, onde a inovação promove uma destruição criativa, mas também de Perroux e Hirschman, no conceito de que o desenvolvimento seria feito via desequilíbrio (LAHORGUE, 1993). Para a economia regional, criação e destruição descrevem o sistema dinâmico da sociedade enquanto organizada para uma funcionalidade coletiva complexa.

A metodologia deste trabalho se propõe em lidar com esta questão dinâmica dos sistemas segundo a abordagem sistêmica da complexidade. Cabe, então, defini-la de maneira a compreender como será caracterizado o espaço capixaba nesta pesquisa. Segundo Morin (apud LAHORGUE 1993, p. 718):

O sistema é um todo composto de partes. Se nós observamos sob o ângulo do todo, ele aparece como uma unidade. Se, ao contrário, nós observamos sob o ângulo das partes, ele aparece “diversificado e heterogêneo”.

Em primeira instância, um sistema é um todo, ou seja, possui um nome que o identifica e o distingue do que resta fora dele. Nisto, ele reconhece o conceito de autonomia. Este conceito vai dizer que, apesar de os organismos comungarem com o seu entorno, é possível identificá-los, porquanto possuem uma identidade própria que se expressa pelo seu valor intrínseco, ou seja, suas características próprias e irreduzíveis (o que é), e pelo seu valor funcional, ou, como define Prigogine e Stengers, seu regime coletivo de atividade (o que faz) (PRIGOGINE, STENGERS apud LAHORGUE, 1993). Segundo Lahorgue (1993; p. 714), “É somente sabendo a resposta dessas duas questões que podemos compreender a organização das partes do todo”.

Nota-se, então, que, identidade e funcionalidade acontecem não de forma simplificada, mas em meio a um complexo quadro de interdependências de caráter dinâmico de processos de autocriação, da relação ocorrente internamente, da relação com seu entorno e do conflito de lógicas (LAHORGUE, 1993). Assim, vale a afirmação anterior de Morin mostrando que, dependendo do ponto de vista, seria possível identificar coerência e diversidade nos sistemas.

Como ele afirma, “o sistema é constituído de elementos diversos, dotados de características próprias que ele tem em seu poder” (MORIN apud LAHORGUE, 1993; p. 718).

Para o caso em voga, a identificação da funcionalidade do sistema regional não é uma pergunta muito fácil de ser respondida. A multiplicidade de forças que incita recorrentes conflitos político-sociais lança uma nebulosa sobre este aspecto. Entretanto, como identifica Lahorgue (1993, p.719), “a manutenção e, se possível, a expansão do nível de atividade que permita uma renda regional coerente com as exigências regionais” parece ser lugar de comum acordo para um objetivo geral. Esta seria a funcionalidade geral do desenvolvimento deste enquanto sistema, que não ocorreria sem observar os aspectos da divisão do poder presentes no âmbito regional.

Esta divisão, por sua vez, é a resultante de um processo histórico cumulativo de definição das bases de repartição do produto coletivo regional, que remete ao conceito de entre-produção, de Perroux, já mencionada na introdução deste trabalho. Dessa forma, a identificação da organização do espaço espírito-santense deve passar por sua compreensão histórica, observar o movimento da sua sociedade, as inter-relações existentes entre seus componentes e com componentes de outros espaços. Destas inter-relações, advém o processo de arbitragem pelo qual se delinea o uso do espaço. Isto aponta tanto para a dimensão política desta arbitragem como para a dimensão de mutabilidade sempre possível e provável deste sistema, à medida que este se processa sob lógicas conflitantes. Convém citar Morin (1985, p. 27):

“É muito importante enraizar qualquer teoria na cultura, na sociedade onde ela brota. É necessário igualmente enraizar o conhecimento científico nas suas condições culturais de formação”.

O plano de ação estratégica ES 2025 (Vol. I) bem como a literatura regional trazem um histórico regional que servirá de base para identificação da organização projetiva em níveis (LE MOIGNE, 1990) do espaço capixaba. Para fins metodológicos, buscar-se-á se dividir o histórico estadual em fases, a partir de marcos que denotaram inflexões em sua trajetória. Grosso modo, pode-se identificar duas últimas fases econômicas, quais sejam: o ciclo do café e a industrialização experimentada a partir dos meados dos anos 1950. A finalidade deste resgate histórico consiste em se compreender os dias atuais, a partir do processo cumulativo pelo qual se formou o espaço capixaba, mediante a evolução sistêmica regional, e compreender a atual configuração, de maneira a projetar as repercussões futuras no estado.

O ciclo do café representou um período longo da economia capixaba; desde meados do século XIX. Para este trabalho, o foco maior se dará na sua caracterização mais terminal, equivalente ao período aproximado de 1930 a 1960. Este ciclo teria tido o efeito de povoamento, espalhando a população por todo estado, configurando uma base fortemente agrícola em seu cenário econômico-social, com uma monocultura mercantil de base familiar e de pequenas propriedades e cujas principais atividades consistiam na comercialização e beneficiamento do café (ES 2025, Vol. I). A partir de meados dos anos cinquenta, este ciclo entra em fase de declínio com as fortes crises do setor cafeeiro, representando um período de grandes transformações para o sistema regional estadual.

A partir daí, dá-se início à fase de industrialização quando o ES entrar num processo de diversificação. Em resposta à crise cafeeira, no âmbito federal, se inicia uma política de erradicação dos cafezais improdutivos, com forte repercussão no estado. Tal situação teria, finalmente, tornado a industrialização como a alternativa mais plausível para garantir o futuro regional.

A industrialização pode ser dividida, por sua vez, em quatro fases, tomando o corte temporal feito por Vasconcellos (2004), todavia reconhecendo uma fase adicional que se inicia na década de 1990, com as privatizações:

1) Da crise do café nos anos cinquenta até os anos 1970

Inicia-se a partir das políticas pró-industriais gestadas no governo Jones Santos Neves (1951-54), caminhando até a década 1970, com uma lenta industrialização comandada mais fortemente pelo estado,

2) Fase de internacionalização da economia: apogeu e crise do modelo (décadas de 1970 e 1980)

A década de 1970, período de internacionalização da economia espírito-santense, configurada por grandes empreendimentos, mas que perderá sua força pelo enfraquecimento dos mecanismos de financiamento do estado na década.

Nos anos 80, com o colapso do modelo de substituição das importações sustentado pelo estado, quando o Governo Federal abandona o planejamento e políticas de desenvolvimento regional.

3) Reestruturação Produtiva Tardia (década de 1990 aos tempos atuais)

Esta fase é caracterizada pelo processo de reestruturação retardatário, com a política de privatização de algumas companhias estatais, como a Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST), a Escelsa e a Companhia Vale do Rio Doce, da abertura econômica

com os governos neoliberais e as medidas tomadas contemporaneamente, sob um novo padrão mundial para o desenvolvimento do estado.

Esta delimitação histórica seria um componente da análise sistêmica da metodologia proposta. Para uma caracterização do sistema regional, sob estas fases evolutivas da realidade regional, deve-se identificar três subsistemas que o compõem: o subsistema decisor, o operante e o informacional. Estes três elementos seriam a conjunção instrumental de representação da realidade regional, como mostra Le Moigne (1990, p. 170):

“O comportamento teleológico do sistema complexo, ou sua estratégia (planos de ação) são elaboradas pelo processo decisor que se exerce no seio da organização. Ele se exerce por computação simbólica em interatividade com o processo informacional que engendra a atividade da organização. Este processo de produção e de memorização de símbolos é consubstancial à organização: ele assegura a mediação entre as operações e as decisões inteligentes que permitem sua adaptação teleológica; ao mesmo tempo ele desenvolve o sistema próprio de finalização do sistema complexo, finalização inteligente e memorizante que assegura sua autonomização e, assim, sua identificação estável.”

Todavia, para fins de simplificação e escopo deste trabalho, serão considerados somente o subsistema decisor e o subsistema operante. Como ressalta Lahorgue (1992, p. 78), “a partir do estudo da evolução e a situação atual, é-nos possível estabelecer um diagnóstico sobre a organização regional e as suas perspectivas de complexificação”. De fato, o sistema de informação seria um elemento componente desta tríade explicativa e componente do sistema geral (ES), todavia, será assumido a teoria de Ackoff que diz que o conhecimento de dois subsistemas é suficiente para se definir um sistema geral. Todavia, estes fluxos de informação apresentam um importante papel de comunicação entre os dois sistemas selecionados. A Figura 1 ilustra esta proposta metodológica:

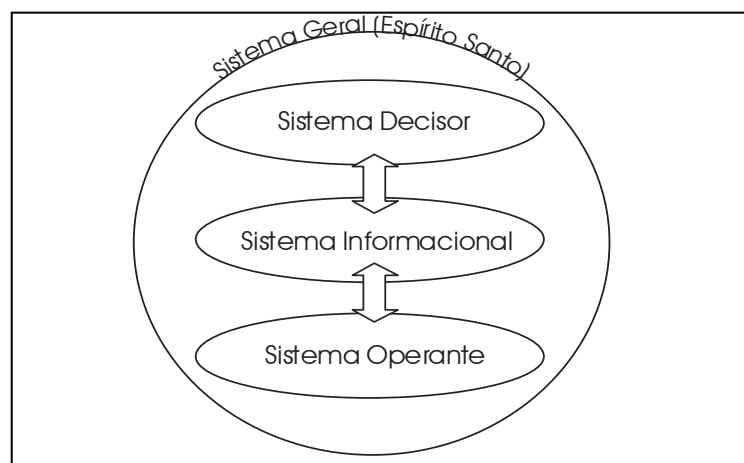


Figura 1 - Abordagem de Sistemas Complexos – Espírito Santo
Fonte: Elaboração do autor a partir de Lahorgue (1986)

Pode-se dizer que o subsistema de decisão é a origem do projeto regional, nele estão presentes as instâncias de decisão, isto é, as instituições regionais que representam a capacidade de reflexão e a possibilidade de engendrar as transformações estruturais. O subsistema operante, por sua vez, é responsável pela execução da atividade regional, e engloba os agentes produtivos locais. Estes sistemas, por sua natureza dinâmica conflitiva, são sempre passíveis de mutações ao longo das fases históricas, podendo em cada uma delas haver realocação dos papéis de cada agente do sistema.

Para o caso em questão, o sistema operante escolhido compreenderá as atividades da agricultura, indústria e comércio que tenham maior significância para a economia local. Esta significância expressa pela maior porcentagem participativa desta atividade no produto regional ao longo do tempo, maior demanda por mão-de-obra e maior poder de influência sobre outras atividades econômicas enquanto atividade chave na matriz insumo produto regional.

O sistema decisor é sempre resultado da evolução histórica das instituições locais. Logo, não existe um corpo fechado de agentes que configuram o sistema decisor. Além disso, as instâncias de decisão efetivas não serão as mesmas ao longo da evolução regional. Essas instâncias de decisão podem ser diretas, através de organizações que normalmente possuem caráter normativo decisor; ou, de forma indireta, quando uma pessoa (um industrial, um grande proprietário ou um professor, por exemplo), sem estar em posição de tomar decisões para a coletividade, exerce influência sobre o processo decisivo. Assim, cada fase possuiria um corpo decisor, não necessariamente único. Sua influência adviria “não somente devido ao poder institucional eventualmente detido por este grupo, mas também devido a sua capacidade de representar as necessidades da comunidade; capacidade esta reconhecida pela própria comunidade” (LAHORGUE, 1986, p. 86).

Lahorgue (1986, p. 85) identifica algumas instâncias de decisão, em trabalho feito estudando o estado do Rio Grande do Sul e que são ilustrativas e mesmo se aproximam do caso capixaba. São elas:

(...) as autoridades políticas (os presidentes da câmara municipal, os eleitos locais em geral), os empresários reunidos em câmaras de comércio e da indústria, os agricultores reunidos em associações ou cooperativas, os universitários, os eclesiásticos, as direções dos clubes de serviços (Rotary, etc.), os sindicatos, e os movimentos sociais ligados à defesa do ambiente e à reforma agrária.

Para delimitar o sistema decisor é preciso, então, se identificar as pessoas-chave seguindo alguns critérios: 1) identificar sua importância nos setores em que atuam, 2) sua capacidade de analisar a realidade próxima através da filtragem de processos socioeconômicos, capacidade esta expressa em declarações, entrevistas, trabalhos, etc. e 3) sua liderança em movimentos regionais recentes (LAHORGUE, 1986; p.87).

As maiores influências deste trabalho incidirão sobre as repercussões do sistema decisor no sistema operacional. O inquérito relativo a esta relação procurará estabelecer as bases de sua capacitação-especialização quanto à consolidação de um projeto regional que considere o contexto em que está inserido; por um lado, as inter-relações entre os diferentes agentes decisores enquanto qualitativamente articulados no sentido de gerar inovações que concedam melhorias ao desempenho regional, por outro lado, o nível de influência das preocupações dos que pertencem ao sistema operante sobre o processo decisório em termos de obtenção e melhoramentos em capacitações *a la* Amartya Sen.

É certo que o sistema operante por vezes pode se confundir com o sistema decisor. Como observa Lahorgue (1986, p. 81), “Um sistema regional pode ter elaborado o seu projeto a partir de informações filtradas unicamente pelo sistema operante”. Neste caso, o fluxo de informações se encerra na própria esfera do sistema operante e seus agentes. Este é o caso da monocultura praticada por grandes grupos econômicos.

Isto aponta para a natureza comunicativa destas duas esferas sistêmicas. O sistema decisor interage com o sistema operante, pela própria divisibilidade imperfeita que ocorre entre estes dois níveis. É esta comunicação, por sua vez, que torna a hipótese de complexidade das soluções de ordem institucional e sistêmica como algo concebível, bem como abre espaços para se compreender sob a dimensão em que se pode ocorrer frisos no Plano de Ação ES 2025.

A estrutura de poder e os fatores que exercem peso de decisão no estado irão influir na repartição do excedente de maneira contundente, e isto trará implicações diretas e indiretas sobre o sistema operante, no sentido de promover ou não as capacitações e liberdades, fundamentais ao processo inovador e ao melhoramento do funcionamento regional. Convém lembrar, que não somente coisas e símbolos, ou leis, estão presentes nestes sistemas, mas, e principalmente, as condições socioeconômicas regionais são aqui entre-produzidas.

Além disso, as instituições pré-existentes regulam a comunicação entre o sistema decisor e operante, podendo trazer vias de reprodução do sistema vigente de maneira impeditiva para novas propostas que visem outros resultados. Isto pode ser denominado caráter cumulativo institucional do sistema regional. Os sistemas operante e decisor estariam

interligados em complexidade e sua entre-produção tende a reproduzir as condições anteriores, como um fluxo circular, embora admitindo forças internas que possam impor novos caminhos.

Novamente, a complexidade da relação entre as forças pode ser bem capaz de atrasar os projetos propostos, na medida em que o sistema decisor pode; como comumente ocorre em regiões periféricas, se utilizar do poder decisório para se apropriar de maior fatia do produto regional, com prováveis implicações para a capacitação do todo regional e, assim, para o sucesso das propostas.

4. DO TERCEIRO CICLO DE INVESTIMENTOS NO ESPÍRITO SANTO

A atividade econômica do Espírito Santo se desenvolveu mediante forte concentração espacial, sobretudo a partir da fase dos grandes projetos, onde se definiu o eixo econômico em torno da grande metrópole do estado. A Tabela 1 expressa um pouco desta discrepância através de um demonstrativo feito pelo IEL – Instituto Euvaldo Lodi do ES, identificando os municípios que sediam as duzentas principais empresas localizadas no estado.

Tabela 1 - Distribuição das 200 maiores empresas por município

Município	Nº de empresas
Região Central	75,5%
Anchieta	1
Cariacica	12
Domingos Martins	1
Guarapari	1
Iconha	1
Santa Maria de Jetibá	1
Serra	42
Venda Nova do Imigrante	1
Viana	7
Vila Velha	12
Vitória	72
Região Norte	17,5%
Aracruz	6
Boa Esperança	1
Colatina	8
Conceição da Barra	2
Fundão	1
Ibiraçu	2
Linhares	13
Nova Venécia	1

São Gabriel da Palha	1
Região Sul	7%
Cachoeiro do Itapemirim	12
Itapemirim	1
Mimoso do Sul	1

Fonte: Anuário IEL – 200 maiores empresas do ES de 2006

O estado pode ser subdividido em 12 microrregiões, como descrita na Figura 2. São elas: 1) Metropolitana, 2) Polo Linhares, 3) Expansão Metropolitana Sul, 4) Sudoeste Serrana, 5) Central Serrana, 6) Litoral Norte, 7) Extremo Norte, 8) Pólo Colatina, 9) Noroeste 1, 10) Noroeste 2, 11) Pólo Cachoeiro e 12) Caparaó. A Figura 2 mostra também como ficou a repartição do PIB entre estas microrregiões, para o ano de 2004.

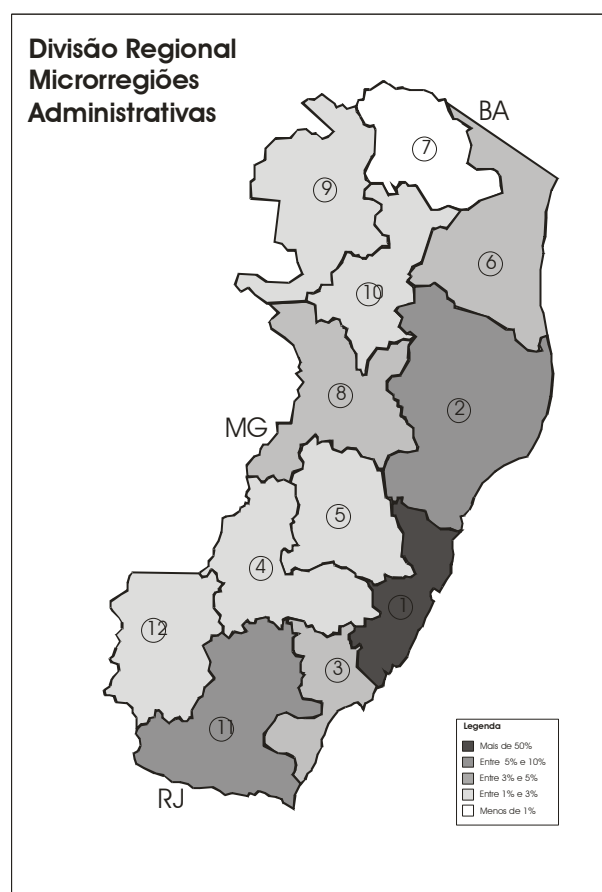


Figura 2 - Distribuição do PIB microrregional

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados fornecidos pelo IPES

A região metropolitana detêm cerca de 64% da renda estadual. Soma-se outros 9% com o Pólo Linhares e outros 6% no Pólo Cachoeiro de Itapemirim. Três regiões apresentam percentual de participação entre 3% e 5%, a Expansão Metropolitana Sul, a Litoral Norte e o

Pólo Colatina e cinco microrregiões, entre 1% e 3% - Sudoeste Serrana, Central Serrana, Noroeste 1 e Noroeste 2. Por fim, a região Extremo Norte participa com menos de 1% da renda do estado.

Logicamente, as principais atividades econômicas estão localizadas na região metropolitana. Conforme a tabela 1, 75%, ou seja, 151 empresas estão localizadas em alguma cidade metropolitana, outros 17,5% fica na macrorregião Norte e outros 7% na macrorregião sul, o que denota uma dinâmica muito característica e distinta das regiões que não se incluem nesta dinâmica do capital.

Do ponto de vista histórico, considerasse que durante o período de industrialização, iniciado com a crise cafeeira da década de 1960, o estado teria passado por dois ciclos de desenvolvimento. O primeiro ciclo teria sido caracterizado pela ação local, pela exploração de atividades industriais com a utilização do capital gerado. O segundo, pela inserção do capital externo, na fase dos Grandes Projetos, como também ficou conhecido. Dessa forma, após um período economicamente de crise e reestruturação, o estado estaria partindo para um novo ciclo de investimentos.

O novo ciclo traz como carro chefe as novas descobertas de petróleo e gás natural no estado. Cinco pólos de exploração e produção (E&P), que crescem simultaneamente, elevam o Espírito Santo a um patamar diferenciado, abrangendo E&P em terra, águas rasas, profundas e ultra-profundas, bem como na exploração do gás natural. A idéia fundamental é que esta atividade sirva como catalisador para impulsionar a economia estadual, pressupondo-se sinergias diretas e indiretas do setor do petróleo com os demais arranjos produtivos capixabas.

Com estas descobertas, o ES deixa a posição de pequeno produtor e passa a entrar no eixo estratégico produtivo do cenário nacional e internacional. Para o desenvolvimento destes projetos, a Petrobrás empreenderá investimentos maciços, da ordem de U\$ 9 bilhões até 2011, o que representa cerca de 10% os investimentos da empresa no período, refletindo a política adotada pela estatal brasileira de intensificar as atividades de E&P (BEZERRA, 2006).

Após a descoberta dos campos terrestres de petróleo no norte do estado, seguiu-se um período de crescimento da produção decorrente do desenvolvimento dessas jazidas. A produção das jazidas petrolíferas, que teve início em 1973 na cidade de São Mateus, atingiu o seu pico em 1984 (7.927 bpd). Desde então, a produção veio declinando até alcançar o seu patamar mais baixo em 1997 (3.100 bpd). Neste período, a atividade petrolífera foi quase encerrada no estado (CAÇADOR, 2005).

Mas, apesar deste quase encerramento das atividades devido ao baixo índice produtivo, de concreto, o que vem ocorrendo no Espírito Santo é um reaquecimento econômico, impulsionado, sobretudo, pelas novas descobertas de jazidas de petróleo e gás natural e pelo bom período da economia mundial, que impulsionou também as atividades já existentes no estado. Após um período de extremo declínio da produção de petróleo e gás natural que se deu em 1997, as novas descobertas de reservas provadas no ES, quais sejam, os campos de Peroá, situado na Foz do Rio Doce, em Linhares, o de Fazenda Alegre, em Jaguaré, com previsão de produção em torno de 100 milhões de barris de reservas, o campo de Jubarte, com 600 milhões de barris, Cachalote (300 milhões) e Golfinho (450 milhões) (ES 2025, v. 10, 2005). A Tabela 2 mostra a evolução da atividade produtiva:

Tabela 2 - Produção e reservas de petróleo e de gás natural no ES - 1994-2003

Ano	Produção de petróleo (1) (mil barris)	Reservas provadas de petróleo (milhões de barris)	Produção de gás natural (2) (milhões de m ³)	Reservas provadas de gás natural (milhões de m ³)
1994	3.555	14	240	2.572
1995	3.337	13	223	2.353
1996	3.311	14	263	7.176
1997	3.100	18	264	7.341
1998	3.447	33	291	5.808
1999	3.994	53	306	7.963
2000	4.668	64	317	8.303
2001	7.149	75	389	11.787
2002	10.121	618	421	16.277
2003	15.800	725	509	17.495

Nota: reservas em 31/12 e inclui condensado, no caso do petróleo.

1) Inclui condensado e não inclui LGN.

2) O valor total de produção inclui os volumes de reinjeção, queima e perdas.

Fonte: CAÇADOR (2005, p. 51)

Como se percebe, há uma considerável expansão na produção de petróleo e gás, bem como um crescimento expressivo do total de reservas provadas. A maior parte desta produção se encontra em Linhares, São Mateus, Jaguaré, Aracruz, Presidente Kennedy e Conceição da Barra; municípios que mais arrecadaram contribuições governamentais do setor. Zanon (2008) enumera algumas estatísticas que permitem uma visualização do processo que se tem desenrolado:

– R\$ 51, 6 milhões foi o valor creditado em 2004

– R\$ 7,5 milhões é o valor reivindicado pelos municípios (Vitória, 21,6%; Serra 13,7%; Aracruz, 7,9%; Vila Velha 5,7%; Linhares, 3,6%; Cachoeiro, 3,5%; Cariacica, 3,3%; Colatina e Anchieta, 2,2%; São Mateus, 1,9%; Jaguaré, 1,4%; demais municípios, de 0,1 a 1,1%)

– R\$ 500 milhões é a estimativa de crédito para 2010

– 40 anos é a estimativa de produção das reservas de petróleo e gás no Espírito Santo.

Vale lembrar que somente uma parcela dos recursos das participações governamentais (royalties e participações especiais) gerados retornam para o estado (40%) e município correspondente (10%), 40% é destinado ao Ministério das Minas e Energias (MME), para financiar estudos e serviços de geologia e geofísica aplicados à prospecção de petróleo e gás natural a serem promovidos pela ANP, 10% para o Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal (MMA), com o fim de Desenvolver estudos e projetos relacionados com a preservação do meio ambiente e recuperação de danos ambientais causados pelas atividades da indústria do petróleo (CAÇADOR, 2005).

Estas novas descobertas, por se estenderem ao longo do litoral capixaba, oportunizam a integração de cidades litorâneas do estado ao eixo de desenvolvimento atualmente restrito à área metropolitana. Nas cidades do interior do estado, por sua vez, este crescimento deverá ser induzido pela canalização da arrecadação dos *royalties* da atividade petroleira, no sentido de melhor disseminar o crescimento, possibilitando também o desenvolvimento destes centros pela focalização nas suas atividades de maior potencial. Os pilares fundamentais do plano de ação do governo estadual são quatro: 1) Erradicação da pobreza, 2) Redução das desigualdades (inclusão social), desenvolvimento do capital humano segundo padrões internacionais de excelência, 3) Diversificação econômica e; 4) Agregação de valor à produção e adensamento das cadeias produtivas (ES 2025, 2004, Vol. 1).

A proposta é explorar as potencialidades locais nos moldes dos arranjos produtivos locais, aprimorando atividades que já se encontram com algum dinamismo nos municípios correspondentes. A figura 3 ilustra algumas destas atividades a serem exploradas, delimitando os principais APL's em desenvolvimento no território capixaba:

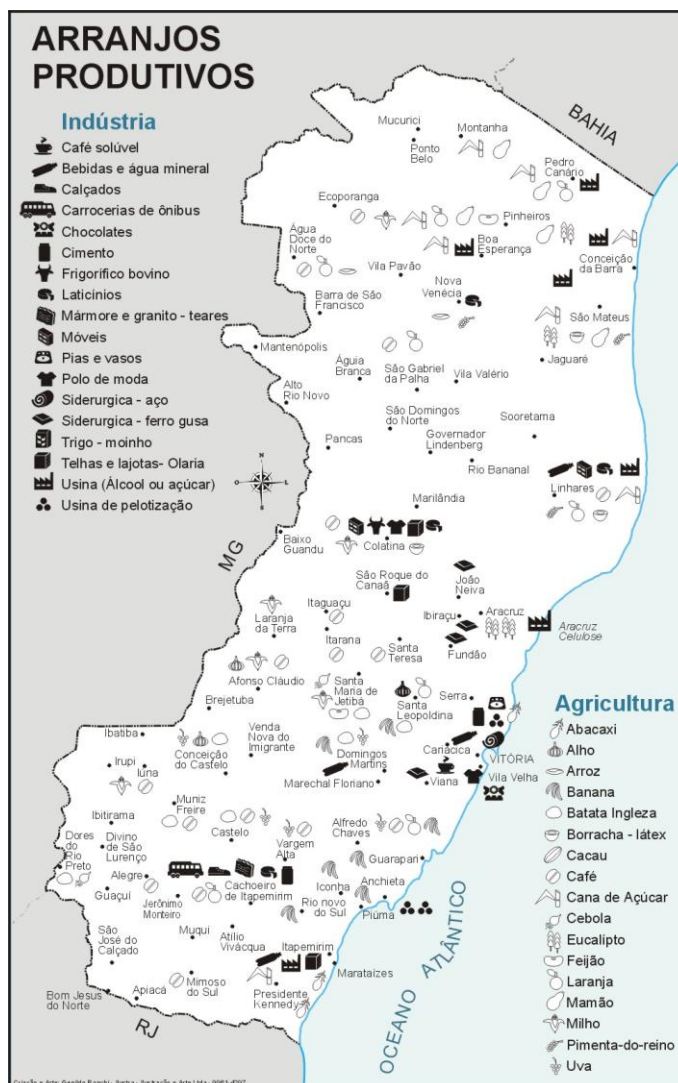


Figura 3 – Arranjos Produtivos Locais no ES

Fonte: website do Sebrae - ES¹⁶

O governo entra como articulador, solvendo entraves institucionais, promovendo e facilitando a cooperação estratégica entre os agentes, intra e intermunicipais, bem como trazendo investimentos estruturais como a importação de bens de capital, compra de direitos de patentes de produtos ou processos, que abrem novos mercados e possibilidades à microrregião.

É interessante notar que a atitude inovadora aqui não consiste necessariamente em se entrar em novas atividades econômicas, mas fazer com que as atividades já emergentes na região possam ganhar um corpo complexo de funcionamento que consiga obter uma qualidade competitiva, frente aos padrões internacionais vigentes. Tal situação passa pela

¹⁶ http://www.sebraees.com.br/pag_cat.asp?codigo_categoria=982 em 07/11/2007

necessidade de se atrelar a atividade inovadora ao próprio processo de funcionamento de cada atividade econômica, fornecendo espaço para os efeitos de transbordamentos e compartilhamento de informações, rotinizando a pesquisa e o desenvolvimento no universo empresarial dos três setores da economia.

O princípio de exploração dos APL's parte de um modelo dinâmico de interações necessárias ao favorecimento do aprimoramento dos produtos e processos econômicos regionais, estabelecendo os vínculos que beneficiam a geração de novas tecnologias nas esferas mais diversas da atividade econômica em relação a si mesma ou a seu entorno.

Construir tal cenário, por sua vez, possui os seus desafios. Muitas regiões do estado têm demonstrado baixo desempenho econômico em termos de crescimento, e a grande maioria apresenta baixos patamares de produto movimentado, reflexo de atividades econômicas de pouca expressão e de um ciclo vicioso de baixa complexidade econômica, como mostra o Gráfico 1:

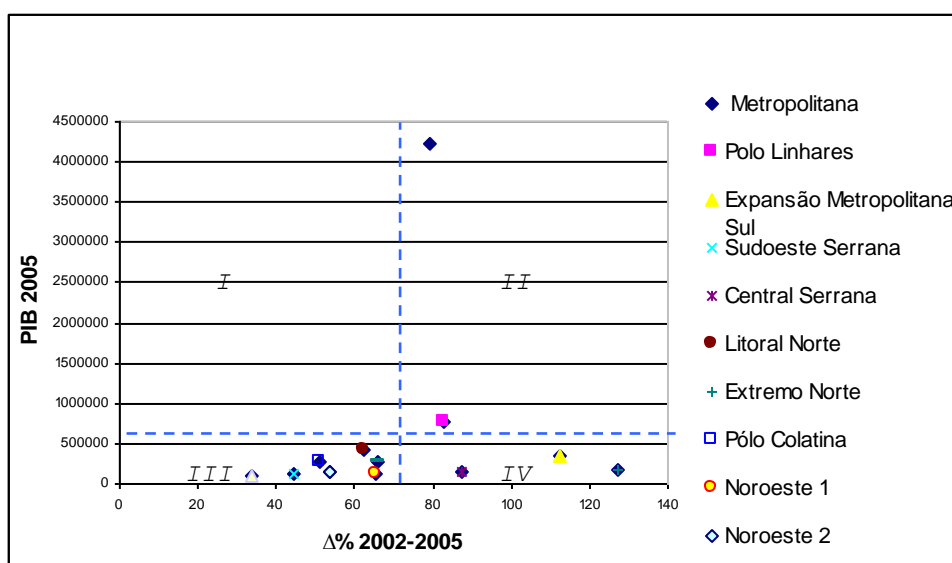


Gráfico 1 – Análise do Crescimento do PIB Nominal das Microrregiões – 2002/2005
Fonte: Elaboração do autor a partir dos dados fornecidos pelo Instituto Jones dos Santos Neves

O Gráfico 1 fornece a informações tanto em termos da magnitude do produto como de sua dinâmica no período correspondente a 2002-2005, anos iniciais deste terceiro ciclo. Em termos de magnitude do produto, pode-se perceber a enorme diferença existente entre a microrregião metropolitana com relação às demais, pois seu PIB é, pelo menos, quatro vezes maior do que todas as demais regiões. Na perspectiva dinâmica, nota-se também que esta microrregião tem apresentado grandes percentuais de crescimento do seu produto (quadrantes II e IV), o que lhe confere uma projeção de permanência nos patamares superiores de renda

no estado. Percebe-se também que algumas microrregiões têm apresentado um alto grau de dinamismo, com suas economias em uma escalada crescente de crescimento; inclusive em claro processo de *catching up* no ambiente estadual, o Pólo Linhares, inclusive, demonstrando um patamar de produto acima da média. Contudo, é alarmante o fato de sete das 12 microrregiões apresentarem, além de um baixo nível de produto, também pequenas taxas de crescimento, tornando ainda mais crítica as discrepâncias estaduais.

Acrescentando o elemento populacional este gráfico sofre significativas alterações, sobretudo porque a população é mais concentrada nos municípios que apresentam maior produto (PIB).

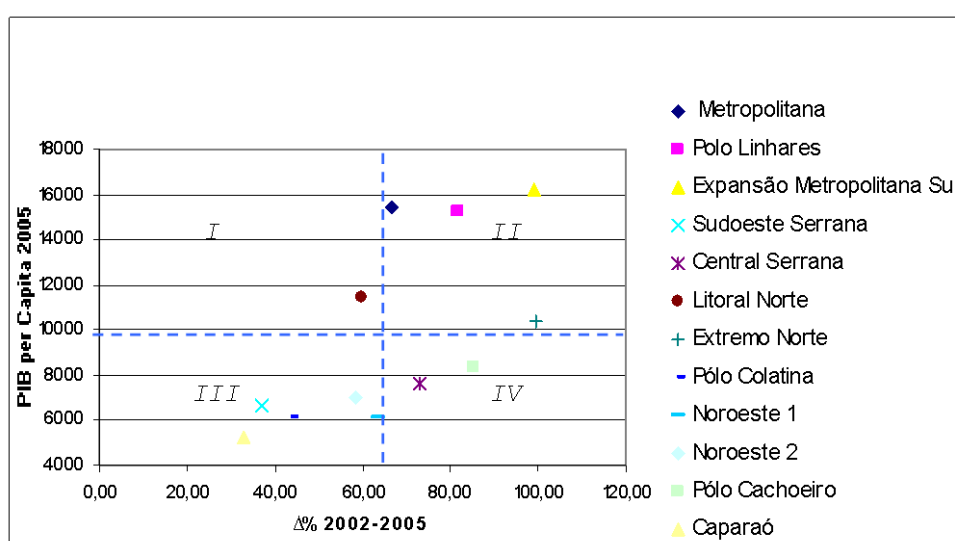


Gráfico 2 – Análise do Crescimento do PIB Per Capita das Microrregiões – 2002/2005
Fonte: Construção por conta própria a partir dos dados fornecidos pelo Instituto Jones dos Santos Neves

O cálculo *per capita* significa apenas uma média do produto gerado pela população residente nas microrregiões. No Gráfico 2, a maioria das regiões estariam em um processo de crescimento significativo, se comparados à própria performance da região metropolitana, salvaguardando os resultados ruins dos municípios das microrregiões Noroeste 1 e 2, Caparaó e Sudoeste Serrana. De toda forma, é interessante observar que as distâncias do PIB *per capita* da região metropolitana daqueles das demais regiões é substancialmente menor do que a observada no Gráfico 1.

A tabela 3 complementa estas informações mostrando que a população, se concentra mais acentuadamente nas regiões mais ricas do estado, provocando, de certa maneira, uma distribuição de renda - ainda que os dados de renda *per capita* não signifiquem que esta renda esteja distribuída para sua população.

Tabela 3 – Quadro Comparativo PIB e População Microrregional - 2005

Microrregiões	Porcentagem de Participação no PIB	Porcentagem de Participação na População	PIB Per Capita Médio
Metropolitana	64,17	47,89	15.396,86
Polo Linhares	9,78	7,61	15.246,83
Expansão Metropolitana Sul	4,66	3,96	16.232,67
Sudoeste Serrana	1,62	3,96	6.702,14
Central Serrana	1,41	3,08	7.667,33
Litoral Norte	4,02	5,11	11.406,00
Extremo Norte	0,71	1,49	10.408,00
Pólo Colatina	2,93	5,18	6.120,60
Noroeste 1	1,08	2,79	6.169,20
Noroeste 2	1,52	3,52	6.991,33
Pólo Cachoeiro	6,30	10,32	8.337,73
Caparaó	1,79	5,09	5.208,60

Fonte: Elaboração do autor a partir dos dados fornecidos pelo Instituto Jones dos Santos Neves.

Por esta relação *per capita*, ainda que esta não denote o aspecto distributivo, algumas microrregiões do estado se aproximam do valor conferido à metrópole, tendo a vantagem de o custo de vida relativa nestes municípios serem menores do que na metrópole. Por outro lado, nota-se que a maioria das microrregiões estão bem abaixo dos valores conferidos nos pólos circunvizinhos à capital.

Tal análise expressa elementos como o poder aquisitivo da população e sinaliza para o padrão de vida médio das microrregiões. Os indicadores microrregionais têm mantido uma forte dependência temporal e é notória a necessidade de alternativas para se promover melhoramentos nas liberdades destes centros.

Para medir o aspecto distributivo, um dado substancial consiste no índice de Gini, que mede o grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar *per capita*. A tabela 4 mostra que o estado segue patamares deste índice semelhantes em seu aspecto distributivo; mesmo para a região metropolitana. A referência do ano 2000 está um pouco defasada, mas, como pode-se perceber, tal índice tem mostrado poucas alterações ao longo dos anos, ficando a média estadual em 0,56 em 1991 e em 0,57 em 2000.

Tabela 4 - Índice de Gini microrregional médio – 1991/2000

Micro região	1991	2000
Metropolitana	0,52	0,55
Polo Linhares	0,55	0,58
Expansão Metropolitana Sul	0,53	0,58
Sudoeste Serrana	0,57	0,57
Central Serrana	0,57	0,55
Litoral Norte	0,61	0,59
Extremo Norte	0,58	0,61
Pólo Colatina	0,55	0,55
Noroeste 1	0,57	0,56
Noroeste 2	0,57	0,58
Pólo Cachoeiro	0,58	0,55
Caparaó	0,56	0,55
Média Geral	0,56	0,57

Fonte: construção por conta própria a partir dos dados fornecidos pelo website do IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

Com os novos investimentos, espera-se que as receitas tributárias aumentem significativamente. Estudos têm apontado o grande potencial do setor petroquímico na geração de receitas, com os *royalties* e participações especiais. Em estudo realizado pela ANP no período correspondente a 1997-2002, mostrou-se que as receitas do setor petroquímico foi significativamente maior que toda arrecadação tributária municipal, nas nove cidades do Rio de Janeiro analisadas. Em Cabo Frio, por exemplo, a arrecadação originada no setor petroleiro excedeu em 110% as arrecadações advindas pelos demais tributos. Em Carapebus, este excedente atingiu a marca surpreendente de 3506% (PACHECO, 2003; p. 64).

Ressalta-se a importância do governo ter desenvolvido um programa governamental que contemple uma finalidade projetada para se aplicar as receitas advindas do setor petroleiro, uma vez que a legislação referente à sua utilização torna suas possibilidades muito abrangentes, resguardando-se somente de esta receita não seja utilizada para pagamento de pessoal e dívidas.

O fato é que o futuro do estado está em aberto, e será resultante de uma construção social. É o resultado da ação humana e pode seguir caminhos diversos, como diz o ES 2025, e “será definido pelos interesses em jogo, que as circunstâncias políticas e os constrangimentos estruturais podem definir” (ES 2025, 2006, p. 12).

Embora os investimentos no estado tenham crescido significativamente, é importante notar dois fatores: a desigualdade distributiva presente tanto na esfera regional, entre os municípios, quanto na esfera setorial, entre ramos de atividade econômica. Como mostra o

estudo Investimentos Previstos para o Espírito Santo, na perspectiva setorial, observa-se significativa concentração em três atividades: energia, com R\$ 16,1 bilhões ou 35,6%; indústria, com R\$ 15,1 bilhões ou 33,3%; e terminal portuário, aeroporto e armazenagem, com R\$ 6,8 bilhões ou 15% do valor global. Em conjunto, esses três setores correspondem a 83,9% do valor total dos investimentos previstos.

Como se verifica na Tabela 5, cerca de 66,8% dos investimentos destinados à indústria correspondem aos chamados “grandes projetos” dos grandes grupos produtores (CVRD, CST, Aracruz Celulose e Samarco Mineradora S.A.) e cerca de 89,8% dos investimentos destinados ao setor energético correspondem às atividades de extração, beneficiamento e distribuição de petróleo e gás. Esses investimentos, somados à atividade de extração, beneficiamento e distribuição de petróleo correspondem a 53,2% dos valores totais apurados para o Espírito Santo (Investimentos Previstos para o ES, 2007; p. 13).

Tabela 5 - Principais atividades receptoras de investimentos no Espírito Santo até 2011

CNAE	Classificação	Milhões R\$	%
11	Extração de petróleo e serviços relacionados	9.640,4	21,3
13	Extração de minerais metálicos	8.488,5	18,7
23	Fabricação de coque, refino de petróleo, elaboração de combustíveis nucleares e produção de álcool	6.767,0	14,9
35	Fabricação de outros equipamentos de transporte	4.189,0	9,2
27	Metalurgia básica	2.802,1	6,2
40	Eletricidade, gás e água quente	2.563,0	5,7
45	Construção	2447	5,4
63	Atividades anexas e auxiliares dos transportes e agências de viagem	1.812,0	4,0
60	Transporte terrestre	847,0	1,9
02	Silvicultura, exploração florestal e serviços relacionados	806,2	1,8
15	Fabricação de produtos alimentícios e bebidas	678,8	1,5
Espírito Santo		46.298,0	100,0

Fonte: Geres/Bandes, Invest-ES, Seama/Iema, diversas empresas, jornais e revistas
Elaboração: IJSN

Em se tratando de distribuição dos investimentos entre as microrregiões, parece que a realidade desigual tende a permanecer. Os investimentos previstos até 2011 para o estado reproduzem a realidade vigente, parecendo reforçar as desigualdades microrregionais; novamente concentrando-se na Região Metropolitana e circunvizinhança, como se pode ver na Tabela 6.

Tabela 6 - Distribuição dos investimentos previstos até 2011 por Microrregião Administrativa

Microrregiões	%
1. Região Metropolitana	35,2
2. Pólo Linhares	23,1
3. Metrópole Expandida Sul	24,4
4. Sudoeste Serrana	0,9
5. Central Serrana	0,1
6. Litoral Norte	6,8
7. Extremo Norte	0,3
8. Pólo Colatina	1,3
9. Noroeste I	0,1
10. Noroeste II	0,2
11. Pólo Cachoeiro	7,3
12. Caparaó	0,2
Total	100,0

Fonte: Geres/Bandes, Invest-ES, Seama/Iema, diversas empresas, jornais e revistas
Elaboração: IJSN

Sobretudo, como salienta Pacheco (2003, p. 84), a esperança   que os *royalties* do petróleo surtam efeitos mais de médio e longo prazo, dado a natureza das aplica es feitas em esferas com prazos de maturac o de médio e longo prazos, como são o setor educacional, ou na universaliza o dos serviços públicos e saúde, considerando também as próprias condi es estruturais dos municípios marginalizados.

Todavia, ficou claro que o benefício que os *royalties* e participa es especiais trouxeram, “no sentido de desafogar as receitas municipais, permitindo maiores investimentos nas áreas prioritárias” (PACHECO. 2003, p. 84).

Embora esta possibilidade de melhorar o caixa das prefeituras, sendo gastos na amplia o da oferta de bens e serviços públicos, como se fossem recursos tributários, este não seria o melhor destino para os *royalties*. Estes deveriam buscar a recupera o dos municípios de maneira a gerar uma trajetória de emancipa o econômica, inclusive da própria atividade petrolífera, haja visto seu prazo certo para esgotamento, cuidando assim de conferir a estes municípios uma reestrutura o pr -diversifica o produtiva (LEAL e SERRA apud PACHECO, 2003, p. 88).

Como se sabe, uma série de outros produtos podem ser gerados a partir da recombina o química do petróleo e do gás natural. Estes produtos são a base química de outras indústrias como a de calçados, tecidos, plásticos, pneus, tintas embalagens, etc. Este aspecto   importante, por se tratar de diversas oportunidades de conjugac o desta atividade produtiva se tornar mais conexa com a economia regional e promover melhoramentos qualitativos tanto na estrutura empresarial como no mercado interno capixaba em geral e representaria uma soluço para a estrutura oligopolista de baixa integra o vertical na qual

procede a petroquímica capixaba e brasileira (MAIA e GRAÇAS, 2006, p. 201). A Figura 4 mostra as possibilidades de ampliação da cadeia produtiva:

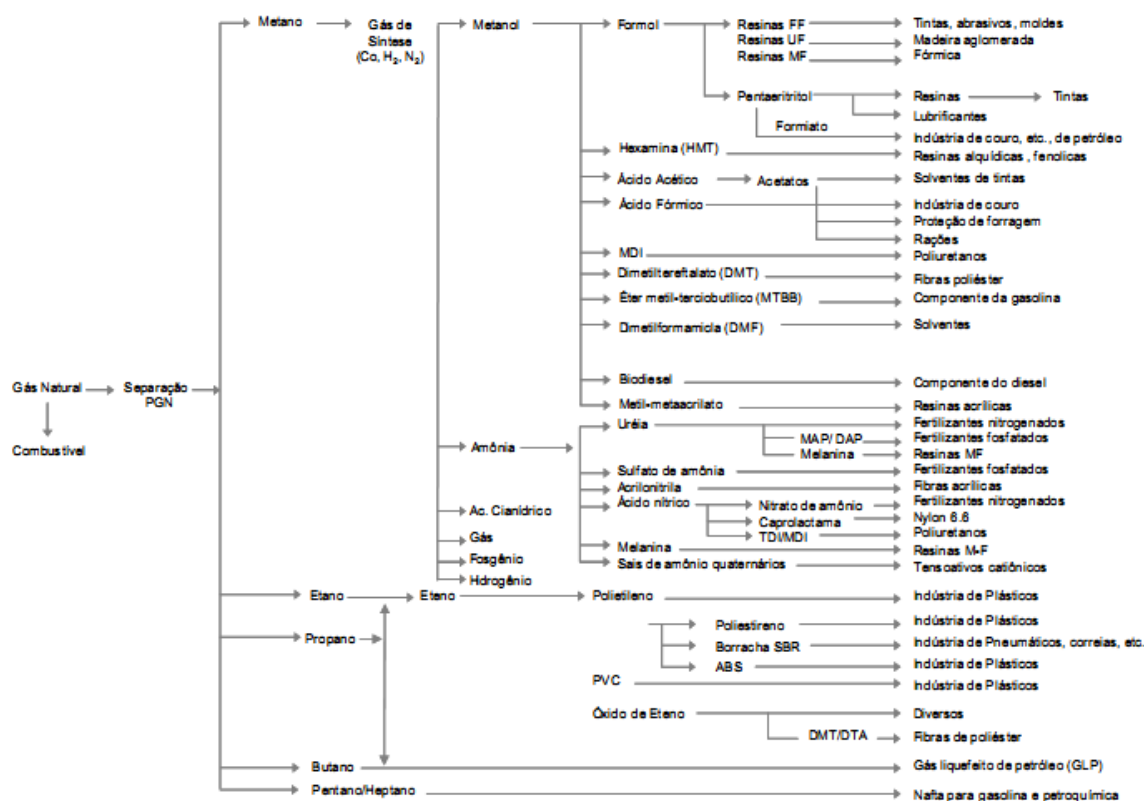


Figura 4 - Árvore de produtos do gás natural

Fonte: ES 2025 – Documento da Secretaria de Planejamento e Orçamento do governo do estado do ES

Apesar da atividade exploratória não ter atingido seu nível potencial, representando ainda uma parcela pequena da economia local, é possível se destacar dois elementos: a importância relativa da atividade para beneficiar o orçamento do governo e a possibilidade de diversificação econômica a partir da cadeia existente de produtos correlacionados à atividade, este com destaque para o setor de gás natural. A receita estadual, por exemplo, aumentou entre 1998 e 2003, cerca de 73% (CAÇADOR, 2005, p. 53). Segundo CALIMAN (apud CAÇADOR, 2005), é na diversificação da economia onde deve se esperar maior proveito para o desenvolvimento regional, pela ampla gama de atividades que podem surgir a partir da produção de petróleo e, sobretudo, do gás natural.

A interligação destes elementos do setor petrolífero com as potencialidades econômicas já existentes e à forte inserção internacional que o estado experimenta, com um foco no potencial inovador, podem representar um canal direto para o desenvolvimento regional capixaba. O ponto é se trabalhar os entraves institucionais de maneira a permitir o governo estadual realizar os planos de investimentos sem percalços neste âmbito.

5. DA FORMAÇÃO DO SISTEMA REGIONAL CAPIXABA: OS SUBSISTEMAS NO TEMPO

Neste capítulo busca-se uma retomada histórica do desenvolvimento capixaba no âmbito econômico, social e político. Dessa forma, a especificação dos sistemas decisor e operante ao longo das décadas caminharão do ponto onde o estado vivia maciçamente apoiado na lavoura cafeeira até o estágio atual, de uma economia globalizada, heterogênea e de complexas relações sociais, econômicas e políticas.

Agricultura cafeeira, imigração e miscigenação racial são elementos presentes nesta discussão, além de fatores políticos e econômicos, como o contexto da economia capixaba na economia colonial brasileira, seu caráter marginal e sua história de aceleração vivenciados nestes últimos 50 anos.

Muitos trabalhos procuraram fazer o retrato fiel e pouco se pode acrescentar a estes trabalhos, no referente à historicidade e à riqueza de detalhes. O que se procura aqui, porém, será encontrar correlações entre os fatos no sentido de mostrar um funcionamento sistêmico que se move em direção a uma complexidade que se expande.

Esta complexidade se reflete na formação institucional ao longo do tempo. Mecanismos formais que regulamentam a atividade social são construídos. Contratos explícitos traduzem as situações vividas implicitamente na direção de garantir um funcionamento mecânico-organizacional deste lócus. O *homo-economicus*, *socius*, e *politicus* apresenta-se inteligentemente criativo em meio ao ambiente das incertezas e falibilidades dos contratos.

Para começar estas correlações, falemos agora de elementos como a marginalização em relação ação cerne da atividade econômica nacional. É sabido que o ES não tem expressividade nacional no período colonial e republicano. O que pode ter significado para a matriz institucional do capixaba o fato de ser, durante muito tempo, território de poucas pretensões para a metrópole? Quais teriam sido as repercussões sobre a política capixaba desta pouca expressão junto ao cenário nacional?

Zorzal (1998), respondendo a estas questões vai dizer que a classe política estaria vivendo um verdadeiro atraso em relação ao caráter visionário da concepção de metas e projetos para o Espírito Santo neste cenário globalizado, representando uma verdadeira dualidade objetiva entre a esfera política e a econômica.

5.1 HISTÓRICO DO ESPÍRITO SANTO

A história capixaba começa, para fins deste trabalho, com um breve apanhado de sua colonização até o início do ciclo do café, atividade que nortearia a economia estadual pelos próximos 100 anos; até a forte crise dos meados de 1950 lançar o estado a novos desafios de seu desenvolvimento.

Nos primeiros cem anos de colonização a atividade econômica, segundo Oliveira apud Rocha (1998, p. 35), “resumia-se à agricultura de subsistência e à produção de açúcar, algodão, arroz e tabaco”, com uma população pouco expressiva e distribuída em algumas vilas. Posteriormente, em 1621, inicia-se o tráfico negreiro no estado e, com ele, há uma intensificação da atividade produtora de cana-de-açúcar nos próximos dois séculos, ainda que de maneira lenta, chegando este a exportar esta *commodity*. No geral, por anos o Espírito Santo era estrategicamente posto pela Metrópole em uma dinâmica econômica às avessas, no sentido de se formar um separador natural entre o eixo produtor de açúcar e as regiões das Minas Gerais, por precaução contra o tráfico de pedras preciosas.

O crescimento da autonomia do estado, com desligamento com a Bahia em 1810 e a proclamação da independência em 1822, criou melhores condições para o seu desenvolvimento. Já no início deste século se registra o começo da atividade cafeeira, a imigração européia e um acirramento das relações deste estado com Minas Gerais, que seria marcante para a dinâmica regional a partir de então. Até aí, as principais atividades econômicas desenvolvidas na região eram a produção de farinha de mandioca (61%), açúcar (16%) e fios de algodão (7,3%) (ROCHA, 1998, p. 36).

A acentuação da imigração e a intensificação da atividade cafeeira traria, sobretudo após 1950, com a industrialização, uma nova configuração para o estado que marcaria os próximos de atividade econômica e seria o principal definidor da cultura capixaba gerada até o presente.

5.1.1 Ciclo Cafeeiro Capixaba

Neste ponto, o trabalho procura ser um pouco mais detalhado, no sentido de configurar a atividade econômica cafeeira para a identificação dos mecanismos sócio-políticos presentes na atividade econômica, que será imprescindível para a metodologia que este trabalho propõe.

Em primeira instância, o fim do tráfico negreiro e as leis sucessivas conferiram aos negros o fim de sua escravidão. Todavia, esta emancipação se dá justamente no momento transitório em que a atividade cafeeira se intensificaria. O impasse gerado quanto a questão da mão-de-obra a ser utilizada para este novo ciclo se tornou evidente. Dificuldades institucionais quanto à pré-disposição ao ócio dos negros eram reais naquela época; bem como a disseminação de uma idéia de purificação da raça, com a branqueização capacitadora da população (VASCONCELOS e PANDOLFI, 2004).

Tudo isto apontava favoravelmente para a atração de imigrantes europeus. Soma-se a isto as falsas promessas de nova vida e grandes oportunidades nas Américas, disseminadas na Europa e incentivos do próprio governo à imigração, visando resolver estrangulamentos de suas crises econômicas, fomes, epidemias e conflitos religiosos. Esta idéia de novo começo seria importante para se definir o perfil institucional do imigrante e justificar sua rápida inserção na sociedade, em termos de influenciar o processo decisor dos rumos estaduais posteriormente.

A expansão da atividade cafeeira impulsionou a ocupação do interior do território capixaba, por possibilitar uma estruturação da base econômica mais ampla, capaz de sustentar o crescimento populacional. Esta expansão se deu primeiramente no sul do estado. O sul do estado também seria pioneiro no processo migratório. A capital retardou-se em abrir mão da mão-de-obra escrava. A região sul, mais centralizada em torno de Cachoeiro de Itapemirim e a região montanhosa central, polarizada por Vitória, tornaram-se as principais regiões produtoras de café do estado. A região norte, cuja cidade mais expressiva era São Mateus, acabou desistindo do cultivo cafeeiro e se voltou novamente para a produção de mandioca, o que não lhe conferiu bons resultados econômicos.

Os imigrantes têm um papel muito presente na ocupação do interior e fundação da maioria destas cidades. O bom desempenho da atividade cafeeira transformou a vida social capixaba. Em todo o estado, núcleos urbanos foram sendo formados. Essas categorias sociais, associadas às elites do café, participaram ativamente do movimento republicano e se transformaram no embrião de uma classe média (VASCONCELOS e PANDOLFI, 2004).

O governo de Munis Freire (1892-96) procurou firmar a importância da região central em detrimento ao sul do estado. Esta hegemonia é feita mediante intensificação da imigração

para a região da capital, com fins de aumentar a oferta de trabalho para a lavoura cafeeira, muito embora não fosse o objetivo do imigrante.

A partir de então, até 1950 a economia cafeeira seria base central de funcionamento. As oscilações no preço do café, ainda que presentes, não chegavam a ser desestimulantes de sua produção ou qualquer substituição por outra alternativa econômica. Pelo contrário, ao longo do período se verificou uma expansão do patamar produzido, vinculadas, todavia, ao ciclo natural do café¹⁷. A particular estrutura produtiva, baseada na pequena produção familiar, tornava mais difícil qualquer desestruturação deste modelo, conforme Rocha e Morandi (1991). Para estes autores, a economia capixaba apresentava-se altamente resistente em termos de sua base produtiva, uma vez que, em torno da atividade cafeeira, uma série de produtos eram produzidos para fins de subsistência, ficando a cargo do café a geração de renda adicional para a região.

Tal modelo, apesar de melhor distribuir os benefícios da produção, teria sido ineficaz em conferir ao estado uma formação de uma base regional mais diversificada, no sentido de não conseguir organizar-se para promover grandes investimentos em áreas importantes como a indústria, os transportes e os bancos.

“(…) Aqui, dada a pulverização do capital, decorrente da desconcentrada e pouco dinâmica base econômica, a tarefa de realização dos grandes investimentos não foi cumprida pelos capitais locais, mas pelo capital estrangeiro, por capitais nacionais e principalmente pelo estado” (ROCHA, MORANDI, 1991, p. 44).

Estruturalmente, convém destacar uma maior complexificação das atividades regionais com a construção de ferrovias diversas cortando o estado, bem como reafirmando sua forte ligação com Minas Gerais, a consolidação de alguns bancos, com capital externo, nacional e estatal, bem como alguma, mas ainda de pouca expressão, atividade industrial, promovida pelo governo.

Neste último ponto, destaca-se o governo Jerônimo Monteiro como um pioneiro da industrialização do estado. Este, em seu governo (1908-1912), estimularia diversas atividades industriais para o estado, algumas presentes até os dias atuais, com a implementação de um programa de investimento integrado, que buscava inserir indústrias de processamento de matérias-primas potenciais no sul do Espírito Santo.

Depois deste ocorrido, pouco se fez até meados da década de cinquenta em direção à industrialização, sobretudo devido ao bom desempenho da economia cafeeira nas décadas de

¹⁷ As oscilações dos preços do produto se baseavam na exaustão relativa da planta, que determina que uma grande safra seja sucedida por uma safra reduzida (ROCHA, 1998, p. 43).

1940 até sua crise em 1955, quando se inicia a constante queda do preço do café. Dessa forma, até então, o que se percebe do estado é sua forte característica ruralista, uma economia pouco diversificada e uma ausência de articulação dos diferentes grupos presentes no estado, conferindo-lhe um ausente projeto de desenvolvimento, salvo algumas iniciativas pontuais ocorridas por parte do estado, mais para prestar auxílio às estruturas criadas no governo Jerônimo Monteiro.

Porém, um fato importante ocorrido em 1942 foi a criação da Companhia Vale do Rio Doce pelo Governo Federal, com a absorção da Estrada de Ferro Vitória Minas e das minas de ferro de Itabira, em Minas Gerais, que se transformou em um importante complexo produtor exportador de minério e vetor de crescimento para o ES. Também esta empresa vai influenciar a economia regional com o plantio de eucalipto, sob uma ação estratégica que redundará na criação da Flonibra, depois, da Aracruz Celulose, posteriormente privatizada (CALDAS, 2003).

Até fins dos anos 1950, a indústria experimentou uma expansão sobre as bases de pequenos estabelecimentos, concentrados, sobretudo, na produção de produtos tradicionais como alimentos, madeira, têxtil e minerais não-metálicos. No fechar desta década, suas principais indústrias eram: Moinho Vitória, do grupo Buaiz, fábrica de Chocolates Garoto S/A, fábricas de tecidos, localizadas em Cachoeiro de Itapemirim (Cachoeiro), na época pertencente ao Cia Têxtil Ferreira Guimarães¹⁸, União Manufaturadora de Tecidos, em Vitória; fábrica de cimento, do Grupo Barbará¹⁹ em Cachoeiro; Cia de Ferro e Aço Vitória, controlada pelo BNDES; e usina Paineiras S/A, também em Cachoeiro (ROCHA e MORANDI,1991).

Em termos da atividade cafeeira, no início dos anos 1960 foi criado pelo governo federal o Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura (GERCA), com o objetivo de solucionar a crise cafeeira através da redução das super-safras. Em 1962 este grupo propõe uma política nesta direção que possuía três diretrizes básicas: realização da erradicação dos cafezais antieconômicos, diversificação das áreas erradicadas com outras culturas e renovação de parcela dos cafezais. A aplicação destas medidas resultou numa forte migração campocidade, pois as atividades escolhidas para substituir a cafeicultura, como a pecuária e o plantio de eucalipto, não eram intensivas em mão de obra. Fechando o balanço, pode-se atribuir também a estas políticas um papel importante na geração de pobreza e grave crise social no estado. O governo estadual atuou no sentido de buscar minimizar os efeitos da erradicação

¹⁸ Fruto das políticas do Governo Jerônimo Monteiro.

¹⁹ Fábrica construída por Jerônimo Monteiro e arrendada ao grupo.

criando um conjunto de Instituições e mecanismos com objetivos de modificar a trajetória de desenvolvimento pela via da cafeicultura para uma base claramente industrial.

A atividade de extração de madeira, por sua vez, constituiu uma importante alternativa de emprego do capital e do trabalho quando da erradicação dos cafezais. Posteriormente, com o desenvolvimento do beneficiamento da madeira, repercutiria positivamente no setor industrial.

A indústria capixaba, ao iniciar-se a crise da cafeicultura, segundo Rocha e Morandi (1991, p. 78), “apresentava-se ainda muito dependente da atividade de beneficiamento do café”, representando uma parcela pequena da renda estadual e nacional. Suas características de pequeno porte²⁰ refletiam a herança do trabalho familiar herdado dos 100 anos de cafeicultura e imigração, bem como as mudanças ocorrentes neste período que se inicia de diversificação da atividade econômica, refletiam os rumos que os agentes daquela sociedade ruralista e de pouca complexidade tomaria, qual seja, a consolidação de pequenos empreendedores estaduais (DADALTO, 2005). A partir de então, porém, outros fatores também afetariam de forma contundente os rumos sócio-econômicos estaduais.

5.1.2 Quatro Décadas de Industrialização

A partir da década de sessenta, o Espírito Santo passou por fortes transformações em sua economia, política e sociedade. A consolidação de diversos empreendimentos industriais e comerciais de grande porte lançou novos rumos a esta sociedade, até então, tipicamente agrária. O movimento político local, neste ponto, une-se ao paradigma desenvolvimentista nacional, no processo já conhecido de substituição das importações, quando se faz a opção pela industrialização induzida, como solução para o subdesenvolvimento brasileiro.

Durante esse período, foi comum o estado apresentar desempenhos acima da média nacional, com forte expansão da indústria tradicional de base local (pequenas e médias empresas - PMEs) e implantação de grandes projetos industriais (siderurgia e celulose). As PMEs que apresentaram forte crescimento seriam compostas de empresas nos ramos madeireiro, metalúrgico (Cia de Ferro e Aço Vitória), minerais não-metálicos e produtos alimentícios (ROCHA, MORANDI apud PEREIRA, 1997).

²⁰ Com média de 5 operários por unidade (ROCHA e MORANDI, 1991, p. 83)

Segundo Pereira (1997), as PMEs apresentariam um papel fundamental por trazer um efeito social importante e que elas teriam caminhado em trajetória ascendente até a década de oitenta, quando então, perdem o seu dinamismo.

O estado desempenhou um papel ativo até a década de 1980, quando perde sua capacidade de articulação e de ator financiador do processo, em grande parte devendo-se à crise externa (dívida externa) e conseqüentes repercussões internas. A mudança do foco temporal para um universo mais de curto prazo, preocupado com questões mais conjunturais, foi uma dessas conseqüências importantes. Em conseqüência, perdeu-se a visão de futuro para as atividades econômicas num momento de importante reestruturação que ocorria no âmbito mundial.

O definhamento das condições de financiamento do estado parece ir de encontro ao novo paradigma do desenvolvimento em termos do papel do estado nesta nova economia global. Como reza o discurso atual, o estado deveria cuidar de ações operacionais de vulto, ou seja, agir como articulador de alianças, criação de instituições, normas e condições para o fomento e a alavancagem econômica, primando pela manutenção da autonomia empresarial e pelo fortalecimento das empresas locais.

5.2 QUADRO DECISOR-OPERANTE: DO CAFÉ AOS DIAS ATUAIS

Do que foi tratado convém neste momento esquematizar a evolução dos sistemas operante e decisor, partindo do período cafeeiro em sua fase terminal, ou seja, a partir a década de 1950. A periodização proposta neste trabalho se espelha nos momentos de ruptura visualizados por Vasconcellos e Pandolfi (2004, pg 125). Tomando os períodos mais recentes da economia capixaba, temos um primeiro grande movimento, advindo após e muito decorrente da lavoura cafeeira, da imigração e da república positivista; um processo de industrialização que vai até os anos 1970, baseado nas potencialidades locais; posteriormente, a fase de internacionalização econômica, seu apogeu e crise, e, por fim, uma fase de reestruturação tardia, que se inicia na década de 1990 até o período atual.

A economia cafeeira possui fácil descrição, dado seu baixo grau de complexificação, formado basicamente pelos detentores do capital e das terras, em torno deles, um contingente populacional envolvidos na atividade cafeeira como mão-de-obra, e alguns profissionais liberais, pequenos empresários apoiados na produção familiar, claro que somado a alguns casos isolados de maior complexidade, com uma atividade industrial mais expressiva. Como

sustenta Vasconcellos e Pandolfi (2004, p. 130) “as velhas oligarquias não tinham a percepção do novo momento nacional”, qual seja, a industrialização.

A realidade vivida se aproxima bastante de um sistema resultante de uma postura fortemente influenciada pelo sistema operante, cujo projeto nasce a partir de informações filtradas do mecanismo operante, como é o caso expresso das regiões de monocultura dominadas por grandes grupos econômicos. A produção cafeeira gera as instâncias de decisão e em tal situação, segundo Lahorgue (1986, p. 81). “a informação proveniente do ambiente sempre é interpretada e integrada do ponto de vista do sistema operante”.

Na seqüência, tomam-se os períodos seguintes:

Da crise do café nos anos cinqüenta à crise até os anos 1970

Resultante direta da firme mobilização de interesses locais em favor da industrialização que, agrupados na Federação das Indústrias do Espírito Santo, logrou generalizar seus objetivos como coincidentes com o do desenvolvimento estadual, com o apoio à agroindústria e às atividades processadoras de insumos locais, ou seja, com exploração dos ramos já existentes.

Sistema Operante :

Este período foi marcado pela Política de Erradicação dos Cafezais, pelo início do plantio de eucalipto, pela propagação das pastagens e da pecuária, e pela ênfase nas atividades industriais já existentes (potencialidades locais). Mais de 50 empresas faziam parte do rol das atividades da CVRD, com uma série de empreendimentos gerados: 1) minério de ferro; 2) transporte e operações portuárias; 3) siderurgia e metalurgia; 4) bauxita, alumina e alumínio; 5) pesquisa mineral e minerais não ferrosos; 6) madeira, celuloso e papel e 7) escritórios comerciais.

O Plano de Metas do governo Juscelino Kubitschek, embora muito focado no eixo Rio-São Paulo, como observa Rocha e Morandi (1991, p. 45), implantou projetos representativos para a expansão industrial capixaba, sobretudo da indústria metalúrgica, mineral não-metálicos e de produtos alimentares.

Grandes investimentos estruturais foram feitos para solver a precariedade dos transportes, abastecimento energético e de comunicações. Foram criadas três usinas hidrelétricas, a de Rio Bonito, a Usina de Suíça e a Escelsa, também ampliada neste período

após estatizada. No final de 1974, o ES já possuía auto-suficiência na produção energética bem como havia se interligado com o sistema elétrico da região Sudeste.

Para o transporte, foram construídas a BR-101 e a BR-262, ligando o estado com o Rio de Janeiro e Minas Gerais, a BR-259, que faz ligações entre cidades importantes no estado e com a BR-040, em Minas Gerais. Além destas, uma série de rodovias estaduais também foram construídas, financiados com recursos do IBC_GERCA. A Construção do Porto de Tubarão, pela Companhia Vale do Rio Doce, também se deu neste período.

Houve um alargamento do mercado consumidor com as reformas incorridas bem como um rápido processo de urbanização e verificou-se uma maior acumulação privada dos grupos econômicos locais, com forte presença de pequenos estabelecimentos (4 ou 5 operários, em média). Destaques para as indústrias de gêneros tradicionais como o de bebidas, têxtil, mobiliário e vestuário e calçados; e por dois não tradicionais: material de transporte e química.

Sistema Decisor:

Carlos Lindenberg (1959-63) no estado e Juscelino Kubitschek na presidência da República norteiam uma política focada na gestação de um grupo industrialista no estado com identificações ao plano nacional do governo Kubitschek reunidos em torno da recém criada Federação das Indústrias do Espírito Santo (FINDES).

Neste período ocorre uma ampla reformulação da institucionalidade capixaba, vários órgãos são criados para gerirem o desenvolvimento. São eles: o FUNRES, Fundo de Recuperação do Espírito Santo, o FUNDAP, Fundo de Desenvolvimento das Atividades Portuárias, o Codes (posteriormente transformado em Bandes), Banco de Desenvolvimento de ES e o GERES, Grupo Executivo para Recuperação Econômica do Espírito Santo, cuja função consistia em administrar e disciplinar o uso dos recursos do FUNRES e, por essa via, gerar condições para modernizar a economia estadual. Tal institucionalidade também significou o alicerçamento de novos elementos de decisão para esta sociedade.

Além do governo, dois segmentos se apresentavam influentes no processo. De um lado, o empresariado local, industriais recentes que optaram por migrar da exploração agrícola para o capital industrial e, de outro lado, a Companhia Vale do Rio Doce, empresa de grande porte instalada no estado cujas ações, por englobar um importante contingente de mão-de-obra e de produto, representava um alto grau de influência na federação.

Fase de internacionalização da economia – apogeu e crise do modelo

Condicionada tanto pela centralização do planejamento e de recursos no governo federal quanto pela expectativa de implantação no estado de diversos projetos de grande porte, os planos de ação das instituições locais passam a ter como linha mestra de formulação a possibilidade de novas e grandes indústrias.

Sistema Operante:

Nesta fase, os investimentos ficam concentrados no eixo metropolitano. Ocorre uma ampla diversificação econômica e modernização capitalista, com o surgimento de diversas atividades não tradicionais, impulsionados pelo governo federal com o II PDN (Plano de Desenvolvimento Nacional). Neste período é as empresas de celulose (ARACRUZ) e siderurgia (CST – Companhia Siderúrgica de Tubarão) e há forte presença do grande Capital, de grandes grupos estatais e privados, tanto nacionais como estrangeiros. Nasce a empresa Chocolates Vitória S.A., com produção principalmente voltada à exportação e a Indústria de Bebidas Antártica do Espírito Santo S.A.

Observa-se a permanência dos pequenos grupos locais no processo de expansão econômica, mas entram em um processo de concentração, no qual vai se atrelando e submetendo-se ao novo regime imposto pelo “grande capital”. Este processo é acompanhado pelo crescimento da economia informal e aprofundamento de problemas sociais.

No setor agrícola houve amplo processo de modernização e crescimento do setor agrícola aliados ao enfraquecimento da estrutura de produção familiar e transição da produção agrícola, dos produtos alimentícios básicos (arroz, feijão, milho e mandioca) para a cafeicultura, a silvicultura e para a lavoura de cana-de-açúcar²¹, que passaram a atrair mais capital e força de trabalho; além do surgimento de novas atividades como a avicultura e a hortifruticultura.

Na indústria, destacam-se o setor metalúrgico, mecânico, químico, o de material de transporte; a indústria extrativa mineral, com a exploração do mármore e a pelotização do minério de ferro bem como a construção civil.

No comércio, uma ampla expansão ocorre. Surgem supermercados, lojas de departamento, empresas de transporte coletivo e de cargas, intermediação financeira, serviços pessoais e industriais, hotelaria, entre outros. Nesta esfera houve forte extinção dos grupos

²¹ reauecida sua produção em decorrência do PROÁLCOOL, programa do governo em busca de fontes alternativas de energia.

locais no enfrentamento com os grandes grupos que chegaram. O setor terciário foi, até mais do que a indústria, o grande gerador de emprego, em um estado em processo migratório acelerado.

Este período também foi marcado por um novo ciclo expansivo do café, conseguindo se recuperar graças aos esforços e incentivos governamentais, conseguindo adquirir nova base técnica de cultivo e beneficiamento do produto e forte processo de concentração de terra, muito em decorrência da Aracruz Celulose, que incorporou vários estabelecimentos rurais, tendo repercussões sociais diversas como o desmantelamento do sistema de subsistência da agricultura familiar e o desemprego.

Sistema Decisor:

Período fortemente influenciado pelos Grandes Grupos Internacionais e pelo Governo Federal sob o Regime Militar. Os dois grupos estiveram articulados a partir do projeto inicial da Vale. As decisões de investimento passam a depender menos da dinâmica da economia estadual e mais da dinâmica da economia brasileira e do planejamento estratégico dos grandes grupos privados e estatais.

No âmbito da administração pública estadual, não se verifica uma postura de modernização. Ocorre uma falta de interlocução ao não se gerar canais sólidos de comunicação entre o setor público e o setor privado. Esta falta de representatividade das instituições privadas acabaram gerando um estado cada vez mais isolado e sem autonomia.

Na década de 1980 tem-se o colapso do modelo de substituição das importações sustentado pelo estado, quando o Governo Federal abandona o instrumento de planejamento e coordenação e políticas de desenvolvimento regional, repercutindo veementemente na economia estadual, gerando uma lacuna histórica em que a economia fica à deriva, dificultada por um quadro macroeconômico desfavorável. O novo paradigma de desenvolvimento se torna evidente no cenário mundial, ao despontarem países que estruturam sobretudo a sua população como instrumento de atratividade econômica, no qual o Brasil se percebeu distante de tal realidade de tal maneira, que teve de passar por um difícil processo de reestruturação tardia²² (e adaptada) que incluía mesmo um processo de aprendizado institucional-comportamental.

²² Referindo-se ao processo de privatização da década de 1990, no qual abriu as empresas nacionais à concorrência internacional de maneira que promoveu toda uma mudança estrutural.

Reestruturação Produtiva Tardia (década de 90 aos tempos atuais)

Esta fase aborda o processo de reestruturação retardatário, com a política de privatização de algumas companhias estatais, como a Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST), a Escelsa e a Companhia Vale do Rio Doce, da abertura econômica com os governos neoliberais e as medidas tomadas contemporaneamente, sob um novo padrão mundial, para os rumos do estado.

A reestruturação brasileira realizada na década de 1990 se deu de uma maneira peculiar. Mais que um Estado de ações de vulto, o que há é uma manutenção da carga tributária geral e em patamares bastante elevados. Ainda assim, esta reestruturação preservou os pilares fundamentais de se buscar o melhoramento da competitividade e a modernização. O caminho da privatizações com a manutenção do tecido tributário existente conduziram a um processo que manteria o estado sobre um raio de ação mais que normativo, como rezava o discurso.

O ponto é que a idéia de um estado visionário e estimulador da autonomia empresarial local ainda é uma imagem não verificada neste processo. Por consequência, a política econômica regional tem forte vínculo com o Estado, mais nitidamente expresso nos municípios de baixa renda, onde a própria máquina administrativa é importante elemento para a economia familiar local.

Sistema Operante:

Nesta fase, expande-se as atividades operacionais das grandes empresas do estado e a recuperação, o fortalecimento dos Arranjos Produtivos Locais e um maior inserção do estado nas atividades de importação, aproveitando sua já existente estrutura portuária.

Sistema Decisor:

O Processo de Privatizações redefine o quadro decisor das grandes empresas e coloca o capital internacional com maior poder de influência no estado. Ao mesmo tempo, verifica-se o empobrecimento das instituições estaduais, estando este envolvido em diversos escândalos de fraudes e corrupção, numa fusão viesada, limitada à troca de favores como contrapartida de favores entre o aparelho do Estado e as empresas privadas e mesmo ligação deste com o crime organizado.

Ocorre também o surgimento de Lideranças Locais advindas das atividades dos APL's e maior presença dos capitais nacionais e participação de investidores de outros estados.

Nota-se que o sistema capixaba evoluiu bastante nestes últimos 50 anos. A atividade econômica diversificou-se, assim como se instaurou um complexo quadro de poder e elementos decisores. O que se percebe é que o quadro atual configura um universo dual, com nítida separação entre o eixo metropolitano e as demais microrregiões estaduais. Enquanto a Grande Vitória se processa um forte comércio internacional, uma atividade produtiva de larga escala e um volume de negócios de grande expressão, os demais centros urbanos trazem ainda um universo muito simples em sua estrutura, sobressaindo o trinômio agricultura-administração pública e serviços.

Logicamente existem exceções à regra e a exploração dos atributos potenciais de cada sub-região começa a dar sinais de progresso e apontam para uma rota também possível para o desenvolvimento, sobretudo para estes municípios com economia menos dinâmica.

No âmbito do sistema decisor a dualidade também se configura. A presença do capital nacional e internacional se dá em muito maior grau na metrópole do que nos demais municípios estaduais, o que configura dois universos muito diferentes. Como resultado, as instituições formais e informais que se consolidam na esfera do poder caminham até em direções opostas entre o eixo metropolitano e o interior do estado.

6. QUADRO SISTÊMICO REGIONAL ATUAL

O quadro sistêmico regional desta economia dinâmica capixaba é a preocupação deste capítulo. Entender a relação decisor-operante no tempo atual como uma chave para se entender o desenrolar dos fatos significa entender os caminhos pelos quais percorrerão a atividade econômica, o foco distributivo e os agentes decisores. A suposição fundamental é que o terceiro ciclo funcionará com o arcabouço institucional consolidado.

6.1 O SISTEMA OPERANTE

De forma simplificada, o Espírito Santo se caracteriza pelo forte setor industrial estabelecido, com produção voltada para o comércio exterior, com a agricultura de baixa participação no PIB estadual, mas com importância significativa no que diz respeito à absorção de mão de obra, hoje, com novas saídas industriais, nascidas sob o potencial local e atividade comercial forte e presente em algumas cidades do território estadual.

Durante todo seu período industrial o Espírito Santo tem obtido crescimento econômico mais expressivo que a média de crescimento nacional, mostrando um forte potencial econômico, conseguindo captar grandes somas de investimentos, atraindo o capital internacional para exploração dos seus atrativos econômicos e sendo favorecido por ser um centro logístico. Situado próximo às principais capitais brasileiras e sua geografia em formato de baía conferiu a criação de uma forte estrutura portuária que ativou a atividade de importação e exportação.

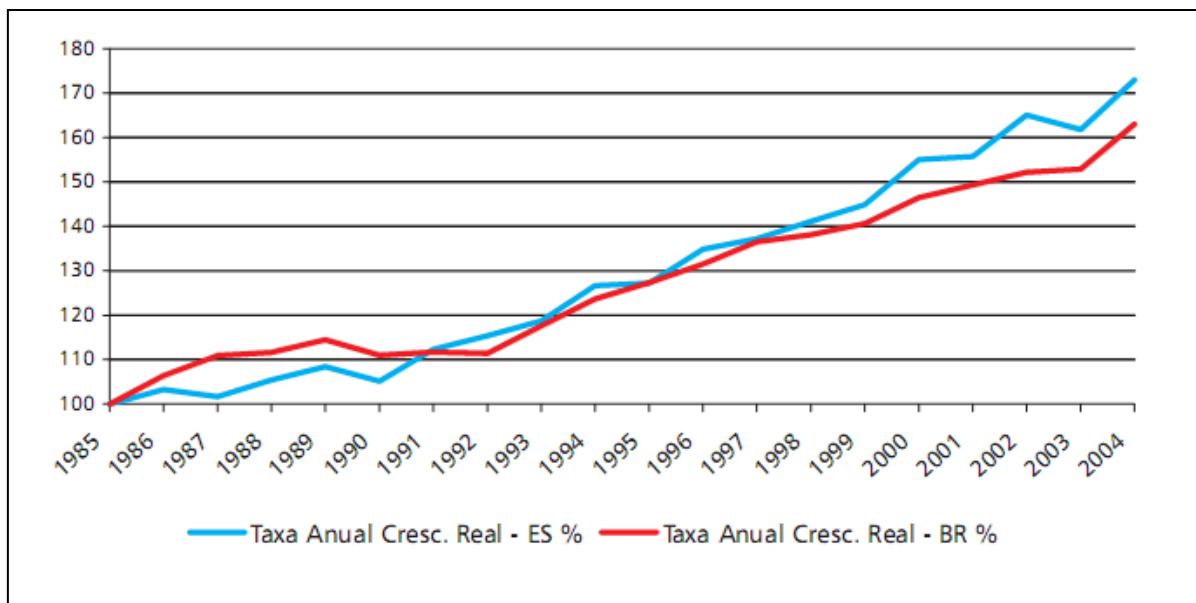


Gráfico 3 - Comparativo das taxas de crescimento acumulado do Espírito Santo e do Brasil - 1985-2004 (1985=100)

Fonte: Instituto Jones dos Santos Neves – IJSN/Coordenação de Economia e Desenvolvimento

A caracterização atual do Espírito Santo passa pela conjugação dos aspectos econômicos de produção no estado. A fotografia das atividades desenvolvidas no estado passa pela descrição das atividades existentes na agricultura, indústria e comércio, a distribuição do emprego e da renda, como reflexo da distribuição da sociedade em classes e extratos sociais, que guardam elementos de identificação de grupos, com realidades semelhantes, ainda que produzidos por meios diversos.

Inúmeros estudos regionais tem sido produzidos por institutos responsáveis como o IEL, o Instituto Jones dos Santos Neves, Bandes, etc. O Espírito Santo é dotado de muitas entidades que possuem um denso conteúdo informacional no concernente às variáveis avaliadas neste trabalho. O trabalho remontará um pouco destes aspectos no sentido de se formar uma visão geral do processo, todavia, objetará mais especificamente encontrar as inter-relações sistêmicas entre essas variáveis, procurando se montar uma estrutura de reprodução sistêmica do ES enquanto organismo vivo, que se retro-alimenta e se auto-organiza em todo tempo.

De início, toma-se o aspecto do produto estadual, seguido de uma descrição mais detalhada das atividades desenvolvidas em cada microrregião e de como é repartido socialmente este produto. A análise do produto bruto, sem agregar a questão populacional, em

primeira instância, serve para descrever o aspecto mais de distribuição da atividade econômica regional.

Como foi visto no Capítulo 2, há uma dualidade operacional do sistema capixaba. De um lado, o eixo metropolitano, movimentando enormes somas de produto, de outro, microrregiões com um padrão de funcionamento semelhante uns dos outros, sem muitos recursos para o seu fomento, muitas vezes, mostrando um alto grau de dependência da administração pública, ainda vinculada à tradição mais rural, exibindo, claro, um determinado grau de atividade comercial e produtiva. Exceções à regra existem. Algumas microrregiões conseguiram, ao longo dos anos, dar um passo a mais no desenvolvimento de sua atividade econômica, como por exemplo o pólo Cachoeiro, Colatina e o Pólo Linhares, centros que conseguiram desenvolver atividades como a exploração do mármore e do granito, a construção civil, o setor têxtil e o moveleiro, bem como alavancar sua atividade comercial, se tornando referência aos municípios vizinhos. Segundo dados do Instituto Jones dos Santos Neves, em 2004, dos 78 municípios do estado, 53 tiveram participação mínima de 25% da administração pública em suas economias. Isso significa dizer que esta atividade representou, naquele ano, pelo menos um quarto da economia de aproximadamente 68% dos municípios capixabas. (IJSN, 2007, p. 26).

Grande parte da população capixaba reside na região metropolitana (47%, segundo último Senso Demográfico); o que faz com que a relação per Capita do produto gerado sofra alterações. A tabela 7 expressa estas relações em termos microrregionais:

Tabela 7 – Participação no PIB e na População e PIB per capita, por Microrregião -2005

	<i>Microrregião</i>	<i>% part. PIB</i>	<i>% da população</i>	<i>PIB per capita</i>
1	Metropolitana	64,1743233	47,89430274	15.396,86
2	Polo Linhares	9,7783649	7,605468772	15.246,83
3	Expansão Metropolitana Sul	4,65681424	3,956746997	16.232,67
4	Sudoeste Serrana	1,62261869	3,961190234	6.702,14
5	Central Serrana	1,40901456	3,084989714	7.667,33
6	Litoral Norte	4,01614395	5,109046166	11.406,00
7	Extremo Norte	0,70971904	1,492751197	10.408,00
8	Pólo Colatina	2,9325846	5,176812892	6.120,60
9	Noroeste 1	1,08420005	2,790058801	6.169,20
10	Noroeste 2	1,52064664	3,520015019	6.991,33
11	Pólo Cachoeiro	6,30061823	10,31978656	8.337,73
12	Caparaó	1,79495178	5,088830908	5.208,60

Fonte: Construção por conta própria a partir dos dados fornecidos pelo Instituto Jones dos Santos Neves

A tabela 7 mostra a participação das microrregiões do ES e na população. Observa-se que além da área metropolitana e sua expansão, somente o Pólo Linhares tem participação no PIB estadual maior que sua contribuição à população. Os dados do PIB per capitã dessas três microrregiões têm confirmam essa situação dominante.

O Ipeadata disponibiliza uma estimativa sobre o capital humano de algumas cidades do estado, de diferentes microrregiões do estado, servindo de sinalizador do desenvolvimento humano no estado²³.

Tabela 8 - Capital humano capixaba – 1980-2000

Município	Microrregião	Capital Humano - R\$ de 2000 (mil) - Deflacionado pelo IPCA			
		1980	1991	2000	crescimento percentual 1980-2000
Afonso Cláudio	Sudoeste Serrana	1185925,993	1849315,29	3044070	256,683
Alegre	Caparaó	1618830,49	2545754,95	3770805	232,9339
Barra de São Francisco	Noroeste 1	1099431,748	1475005,12	2132740	193,9857
Cachoeiro de Itapemirim	Pólo Cachoeiro	4101147,019	6107280,8	9406937	229,3733
Colatina	Pólo Colatina	2738114,348	3783005,21	5519305	201,5732
Itapemirim	Expansão Metropolitana Sul	531621,5329	962367,37	1756539	330,4115
Linhares	Pólo Linhares	2695787,922	4555360,84	7431655	275,6765
Montanha	Extremo Norte	620828,1103	940551,443	1321727	212,8974
Nova Venécia	Noroeste 2	1292649,821	1876117,24	3039021	235,1001
Santa Teresa	Central Serrana	1065125,121	1555873	2418647	227,0763
São Mateus	Litoral Norte	1005643,542	2477852,51	4337227	431,2887
Vitória	Metropolitana	17467608,35	31350243,5	52525560	300,7026

Fonte: Ipeadata

A Tabela 8 ilustra uma realidade interessante sobre a evolução do capital humano estadual. Percebe-se a alavancagem e a discrepância que ocorre com relação a Vitória e as outras cidades. Cada cidade desta pode servir de sinalizador da realidade microrregional a que pertence. Pode-se verificar uma preocupante permanência histórica em termos de qualificação

²³ Tal estatística é construída a partir do valor esperado presente dos rendimentos anuais (descontados a 10% a.a.) associados à escolaridade e experiência (idade) da população em idade ativa (15 a 65 anos). Para se obter o estoque de capital humano faz-se a diferença entre o rendimento obtido no mercado de trabalho e a estimativa daquele obtido por um trabalhador sem escolaridade e experiência.

da mão de obra, por consequência, da atratividade microrregional aos novos investimentos. A região metropolitana por já possuir profissionais mais qualificados que as demais microrregiões acaba se favorecendo ao longo do tempo por este processo cumulativo que se repete, estando sempre em melhores condições de atratividade que os outros municípios.

Ao longo de duas décadas, Vitória seguiu uma trajetória de expansão de seu capital humano maior que a maioria das cidades do estado. Destaques aqui para as cidades de São Mateus, que mais que quadruplicou o seu capital, Guarapari e Cachoeiro de Itapemirim, que se sobressaíram acima do crescimento da metrópole.

A Tabela 9 faz uma comparação entre cidades de diferentes microrregiões do estado, com base na magnitude e configuração do seu produto interno bruto, a partir dos dados disponibilizados pelo Ministério do Trabalho e Emprego. Tal configuração pretende ser de caráter amostral para uma interpretação das diferenças microrregionais existentes.

Os dados adotam uma metodologia na qual agrega atividades econômicas em blocos que totalizam oito setores. Mais adiante pode-se ver a especificação das atividades e sua correspondência com as contas nacionais. São eles: agricultura, administração pública, serviços, comércio, construção civil, serviços industriais de utilidade pública, indústria de transformação e extrativa mineral. Tal divisão em 8 setores também será utilizada na análise de insumo produto que se segue posteriormente.

Tabela 9 – Número de empregos formais de algumas cidades capixabas (segundo a classificação em 8 setores) – dez. 2006

MUNICÍPIO	MICRORREGIÃO	Extrativa Mineral	Indústria de Transformação	Serviços Industriais de Utilidade Pública	Construção Civil	Comércio	Serviços	Adm. Pública	Agrop.
AFONSO CLÁUDIO	Sudoeste Serrana	249	117	9	128	583	447	1003	136
ALEGRE	Caparaó	62	89	51	208	569	591	1324	249
BARRA DE SÃO FRANCISCO	Noroeste 1	1102	481	31	25	1349	519	1693	147
CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	Pólo Cachoeiro	1234	10657	395	1916	9303	9924	4336	574
COLATINA	Pólo Colatina	425	8828	473	564	6999	6469	2526	689
ITAPEMIRIM	Expansão Metropolitana Sul	23	1219	129	69	528	330	1272	793
LINHARES	Pólo Linhares	214	8375	184	1622	6693	4750	4882	4822
MONTANHA	Extremo Norte	27	144	7	102	360	204	540	668
NOVA VENÉCIA	Noroeste 2	481	1161	57	135	1492	982	1388	537
SANTA TERESA	Central Serrana	0	769	23	115	586	838	630	338
SÃO MATEUS	Litoral Norte	627	750	140	359	4431	5612	2800	1915
VITÓRIA	Metropolitana	2577	7473	2579	11470	28500	80993	67525	867

Fonte: Construção por conta própria a partir dos dados disponíveis do Ministério do Trabalho e do Emprego²⁴

A Tabela 9 demonstra alguns aspectos da economia estadual. As principais cidades do ES mostram um elevado grau de evolução e atividade econômica nos setores do comércio, do serviço, e da administração pública. Alguns setores, como a construção civil e o de serviços industriais de utilidade pública só se expandiram à medida que as cidades cresceram. Um outro aspecto, nota-se que diferentes setores tem sido focados pelos municípios como estratégia para o seu desenvolvimento, como a indústria de transformação, a agricultura e a extração mineral. A experiência tem mostrado que a opção pelo setor da indústria de transformação tem obtido maior êxito até então, como maiores efeitos multiplicadores na geração de emprego.

Pouco se tem produzido na literatura regional das sinergias existentes entre os diversos setores, entre os municípios e em como se dá as relações de emprego e volume de produção no estado. No geral, as apresentações agregadas trazem uma noção maior de magnitude do que de funcionamento, logicamente, dado as dificuldades de mensuração e captação desta realidade dinâmica. O fato é que os municípios estão entrelaçados em suas relações de produção, emprego e renda, distribuição e consumo.

Usam-se aqui alguns recursos para expor características de fluxo, procurando conciliar as tipificações dos municípios e microrregiões, suas capacitações produtivas e de alocação da mão-de-obra, com as relações econômicas estabelecidas uns com os outros, certamente carregadas de relações de poder e de elementos de decisão que impõem os resultados obtidos. Neste ponto, trata-se justamente da preocupação da existência de uma realidade dual, que flagra a relação pequeno centro-grande centro, em processos de dependência conexos na atividade econômica, na disposição dos serviços, no potencial produtivo, de uma gravitação atrativa que se consolida por um processo histórico.

Um dos recursos, os coeficientes intersetoriais da matriz insumo produto, servirão para mostrar as comunicações existentes entre os diferentes setores da economia. Serve de demonstrativo dos produtos que são insumos potenciais de outras atividades produtivas. Estes coeficientes também são conhecidos como multiplicadores de impacto nos indicadores sociais

²⁴ Salienta-se que os dados obtidos no Ministério do Trabalho não considera o setor informal da economia, o que, como se sabe, no caso brasileiro é significativo. Muitas atividades comerciais muitas vezes começam na informalidade e somente posteriormente, quando já goza de maior prosperidade é que começam um processo de legalização.

e econômicos, denotando a idéia de efeitos gradativos e em direções diversificadas (VALVERDE et al, 2004, p. 1).

Primeiramente, é preciso explicar que estes coeficientes se referem a um composto setorial de atividades econômicas que guardam semelhança e correlação com o setor correspondente. Tal medida serve para facilitar a observação. A Tabela 10 enumera as atividades que correspondem a cada setor, bem como sua respectiva referência nas contas nacionais. Haddad et al (2007) utiliza-se de uma adaptação²⁵ das contas nacionais para se chegar aos valores necessários para montar a matriz setorial insumo- produto.

Tabela 10 - Agregação das atividades em setores e compatibilização setorial

Setor na Matriz Interestadual		Setor nas Contas Regionais		Setor nas Contas Nacionais
1	Agropecuária	1	Agropecuária	1
2	Indústria de Transformação	2	Ind. Extrativa Mineral	2 a 3
		3	Ind. Transformação	4 a 32
3	S.I.U.P.	4	Eletricidade, Gás e Água	33
4	Construção	5	Construção	34
5	Comércio	6	Comércio	35
6	Instituições Financeiras	7	Intermediação Financeira	36
7	Administração Pública	8	Administração Pública	37
		9	Comunicações	38
		10	Serviços Prestados às Famílias	39
		11	Aluguéis e Serviços Prestados às Empresas	40 a 41
8	Outros serviços	12	Serviços Privados não-mercantis	42
		13	Transporte e Armazenagem	43

Fonte: Extraído do artigo “Macroeconomia dos estados e matriz interestadual de insumo-produto”, de autoria de Haddad et al (2007, p. 889)

Isto posto, seguem na Tabela 11 as disposições dos multiplicadores Insumo Produto Regional e as respectivas parcelas de responsabilização intra-estadual e interestadual.

²⁵ ver Modelo Leontief-Miyazawa

Tabela 11 - Multiplicadores Insumo Produto Regional com 8 setores agregados - Matriz Insumo-Produto de 1999

	Agropec	Ind. transf.	S.I.U.P	Construção	Comércio	Inst. Fin.	Adm. Pub.	Out. Serv
Multiplicador	1,332	1,671	1,679	1,585	1,338	2,246	1,244	1,332
Intra-estadual	89%	81%	92%	94%	78%	97%	94%	89%
Interestadual	11%	19%	8%	6%	22%	3%	6%	11%

Fonte: Extraído do artigo “Macroeconomia dos estados e matriz interestadual de insumo-produto”, de autoria de Haddad et al (2007, p. 893).

De modo geral, percebe-se um efeito multiplicador fortemente concentrado à esfera estadual em detrimento do interestadual. Os setores que se sobressaem neste aspecto são o comercial e a indústria de transformação. A informação gerada utilizando-se o modelo Leontief-Miyazawa permite a determinação da renda gerada para assistir a demanda final e sua distribuição entre as diferentes classes sociais.

A matriz discrimina os setores técnicos diretos que refletem as relações intersetoriais em nível do consumo intermediário de cada atividade econômica. Nesse sentido, expressa os requerimentos diretos de insumos(bens e serviços) provenientes das atividades econômicas (incluindo o próprio setor), que cada atividade necessita consumir por unidade monetária de produção (VALE, 2003; p. 13). Os setores que apresentam um maior potencial multiplicador no estado são o setor Financeiro, os Serviços Industriais de Utilidade Pública (S.I.U.P) e a Indústria de Transformação.

Em um outro trabalho, Valverde (2005) faz uma análise da matriz de insumo-produto capixaba tendo como foco principal analisar a importância do setor florestal para a economia estadual, seus efeitos multiplicadores benéficos para a geração de renda e emprego. Com a Indústria de Transformação fracionada em mais setores, a Tabela 12 mostra com mais informações a dinâmica setorial:

Tabela 12 - Valor das compras e das vendas realizadas pelos setores produtivos do estado do Espírito Santo - 1999

Setor	Valor das Compras dos Setores (RSx 10 ⁶)*			
	No Estado	Dos Produtores do Estado	Do Resto do Brasil	Do Resto do Mundo
Agricultura	38859,45	4264,79	17414,24	0,24
Mineração	587273,23	680,95	1134243,08	48734,97
Metalsiderúrgico	274929,95	3666,97	455677,85	257827,69
Maquinários	17054,81	61,73	48191,62	1486,52
Florestal	78076,23	16456,66	184832,58	7553,58
Plástico	108796,04	-	21,07	47042,86
Petroquímico	58865,42	21582,71	67340,96	47452,61
Têxteis	43017,59	5,58	184925,91	897,49
Alimentares	363456,87	50756,63	357395,84	30725,55
Diversos	4204,35	-	10804,31	151,68
Serviços	3197832,72	650427,54	4869852,23	4925969,01
Total	4772366,64	747903,56	7330699,69	5367842,19

Setor	Valor das Vendas dos Setores (RSx 10 ⁶)			Variação de Estoque	Valor da Produção
	No Estado	No Resto do Brasil	No Resto do Mundo		
Agricultura	65,33	29,42	15,69	1,73	112,16
Mineração	511,27	781,79	1389,42	274,07	2956,56
Metalsiderúrgico	211,47	288,98	1595,23	-34,95	2060,73
Maquinários	39,67	48,41	0,03	0,98	89,09
Florestal	75,31	152,97	1002,42	2,34	1222,44
Plástico	224,27	13,57	213,99	0,78	6,72
Petroquímico	213,52	156,12	17,96	-0,05	387,56
Têxteis	71,62	240,49	9,20	17,44	338,75
Alimentares	521,34	437,82	84,13	20,57	1063,86
Diversos	7,28	3,45	12,18	1,08	23,99
Serviços	8027,26	7465,02	1400,78	287,80	17180,86
Total	9968,35	9618,01	5741,04	571,80	25442,72

* US\$ 1,00 = R\$ 1,81.

Fonte: VALVERDE (2004, p. 4)

Estas tabelas mostram muito da dinâmica dos setores, quais os setores mais expressivos em termos de geração de excedente e como as compras e vendas se operam territorialmente. Nas duas tabelas nota-se a importância dos setores de mineração, do setor metal siderúrgico, do florestal e dos serviços (incluindo importação e exportação). Setores que, como se sabe, compreendem as grandes empresas instaladas na Região Metropolitana. Como compradores internos e estimuladores diretos do comércio regional, destaques para os setores florestal e o setor de alimentos. As grandes indústrias da metalurgia, siderurgia e petroquímica, por sua vez, possuem compras de insumos mais expressivas com o resto do mundo.

No quesito venda setorial, além das grandes empresas da metalurgia e siderurgia, e o setor florestal, destacam-se a produção de alimentos e o imenso volume movimentado pelo setor de serviços.

Procurando uma identificação das atividades microrregionais neste quadro apresentado, percebe-se sua presença no setor têxtil, com destaques para o pólo Colatina, na

agricultura, subdivida em todo território estadual em nichos diferenciados como a cafeicultura e a fruticultura, na mineração, com a exploração do mármore e do granito e no florestal, por incluir o setor moveleiro; onde destaca-se o pólo Linhares.

6.2 O SISTEMA DECISOR

O mecanismo político decisor brasileiro é marcadamente vinculado ao poderio econômico. Dessa forma, o sistema decisor emerge daqueles que detém o capital local, como os grandes proprietários de terras, comerciantes de empresas fortes no âmbito local, lideranças de grandes empresas. Nota-se também uma dinâmica diferenciada entre o mecanismo decisor da região metropolitana aos demais centros. A dinâmica do capital torna esta região inserida nas questões do capital internacional, fazendo com que outros elementos de decisão participem do seu processo de auto-produção.

Os grandes grupos internacionais afetam os pequenos centros de uma maneira menos efetiva enquanto grau de importância estabelecida entre a parte mais imponente, embora se saiba da importância de cada decisão dos grandes grupos em termos dos seus reflexos em uma economia mais dependente. A dinâmica do capital aqui se encontra em questões mais pontuais como cotações de produtos naturais ou semi-manufaturados para o mercado externo, onde estes centros apresentam as características mais próximas de tomadores de preço, com pouca voz ativa e pouca opção para negociação.

Após 1960, no período ditatorial processam-se conexões importantes que irão nortear os mecanismos institucionais do estado para os próximos anos. O ponto mais marcante do processo foi a ligação constituída entre empresários nacionais, corporações multinacionais, tecnoburocracias públicas – Executivo Federal e Executivos Estaduais – e empresas estatais. Zorzal (2004) vai dizer que a Companhia Vale do Rio Doce teve um caráter muito importante nos rumos do estado e que, através da atuação estratégica desta empresa foram abertos novos espaços para o crescimento estadual. Por isso, mostra-se mais acreditada no poder decisor de corporações de grande porte na dinâmica de decisão. Segundo ela:

“emergiram a partir das decisões da CVRD vetores dinâmicos ligados tanto a logística de transporte quanto às áreas de siderurgia, madeira e celulose, cujos elos estão vinculados aos desdobramentos decorrentes dos investimentos da estatal” (ZORZAL, 2004, P. 77).

Isto posto, para o caso em questão parece ser um ponto de suma importância; por levantar o questionamento de se o delineamento do quadro social estaria se depreendendo, de fato, com a simples expansão dos interesses do capital. Se toda modernização da economia

estaria submetida à lógica do interesse do capital e; caso assim fosse, se existiria solução para o desenvolvimento econômico fora deste processo.

À primeira vista, a resposta positiva se apresenta de modo intrigante. Estudiosos como Pereira (1997) já apontavam para esta possibilidade, interpretando a industrialização do ES como a própria expansão industrial paulista, em proporção mais tímida. Todavia, experiências de *catching up* como os do Japão, da Coreia do Sul e, mais recentemente, da Índia, levam a crer que existem caminhos que são importantes ser feitos em prol do desenvolvimento. Tais caminhos o Espírito Santo deveria tomar em prol da capacitação do estado frente ao cenário mundial.

O empoderamento da população, porém, é uma questão problemática. Apesar de especialistas como Rocha e Morandi (1991) e Guilherme Dias (ES 2025, 2004) falarem do potencial do capixaba em discutir seus problemas, como uma herança institucional, os dados mostram que grande parcela da população não encontra lugar de comando. Isto se manifesta nos agregados econômicos do desemprego e da população de baixa renda multiplicada no estado. É neste sentido que aponta Zorzal (2001), comentando sobre a abertura econômica:

“As teias de relações constituídas entre Estado e mercado, neste circuito, marcaram a singularidade do modelo de desenvolvimento brasileiro que residiu na “privatização” da estrutura do Estado; na medida em que decisões sobre grandes investimentos públicos passaram por fora do debate na esfera pública e da transparência própria à arena política da *res publica*.” (ZORZAL, 2001, p. 2)

Tal processo não se trata de um caso histórico pontual, mas de todo um corpo consolidado de formalizações do próprio funcionamento do sistema econômico e social capixaba. A participação social é viciada pelo voto esquizofrênico²⁶ descrito por Zorzal (1998), e as decisões mais relevantes se realizam por uma dinâmica política de elites políticas e empresariais advindas das principais atividades econômicas do estado. A retroação que existe entre estes dois mundos se encontra nos índices de violência, e na consolidação de um quadro de cotidiano dual.

Neste ponto se encontra o atual sistema decisor capixaba. Após o período das privatizações, que se tratou de uma reestruturação retardatária da economia *a la* brasileira, marcadamente baseada na atração do capital externo sob a forma de investimentos diretos, trabalhando a macroeconomia dos juros elevados, conjugado com um salto no volume dos números do sistema educacional, claramente destituído de uma preocupação qualitativa neste aspecto.

²⁶ No Executivo se vota em alguém que vai mudar o mundo, e no Legislativo em alguém que vá resolver seus problemas particulares.

Tais medidas, por seus efeitos pouco promissores, têm sido hoje revertidas tanto na esfera nacional como estadual, com um governo que tem mais clareza de entendimento do atual paradigma do desenvolvimento, ou seja, que este deve necessariamente proceder de uma capacitação de sua população. Mais uma vez, perde-se a força da esperança do automatismo dos investimentos estruturais em produzir melhorias sócio-econômicas agregadas. Todavia, a herança desta antiga visão estruturalista do desenvolvimento não foi de todo ultrapassada. Ela ainda se faz presente, por exemplo, nos planos sócio-econômicos do estado.

Segundo Ferreira (1994, p. 55) “o que se tem no ES é a existência formal de segmentos populacionais que se localizam em posições diferenciadas, complementares e opostas ao nível da produção e da propriedade dos meios de produção, mas que não se estruturam nem se articulam ao nível político”. Tal situação seria responsável por gerar uma descaracterização das estruturas de classes, pela ausência do elemento antagônico. O responsável por isto teria sido próprio modelo de desenvolvimento adotado, através da transferência de recursos públicos para a iniciativa privada e da atração de capitais externos, dificultando a identificação e a caracterização dos interesses dos grupos sociais.

Essa desarticulação política da população seria presente em todo o estado. Segundo Vasconcellos e Pandolfi (2004), há uma falta de interlocução generalizada, não se criando os canais sólidos de comunicação entre os diferentes setores, sobretudo, entre o setor público e o privado. Segundo o autor, o surgimento de lideranças locais advindas de arranjos produtivos locais, como em Colatina ou advindos do arranjo do Mármore e Granito no Sul do estado, são esperanças que surgem, mas ainda como casos isolados.

A vinculação existente do empresariado nacional e internacional, em uma simbiose de interesses que se legitimam na expansão dos investimentos brutos, beneficiadores bilaterais dos detentores de capital inseridos neste território, consolida o que Fernando Henrique Cardoso denominou ‘anel burocrático’. Por consequência, as manifestações dos grupos sociais desprivilegiados se direcionariam unifocalmente para o estado, “pelas contradições existentes entre as elites empresariais e os trabalhadores, moradores capixabas, não estarem bem estabelecidas” (ES século 21, p. 57). Zorzal (2004) observa esta aliança entre a administração pública e os grupos empresariais internacionalizados e vê como positiva esta relação no sentido de formar elites profissionais modernizantes.

Todavia, segundo Marta Zorzal, o estado estaria em meio à resolução de uma crise²⁷, cujo fator principal está na dessintonia no sentido das mudanças nas esferas sociais e políticas e na esfera econômica. Ou seja, enquanto na esfera econômica se verifica um processo de modernização acelerada, na esfera política e institucional, verifica-se um processo de involução, no que diz respeito aos padrões de relações público-privado. A autora aqui referencia os fatos escandalosos ocorridos no penúltimo governo (ZORZAL, 2004). Todavia, acrescenta-se que o governo Paulo Arthung estaria demonstrando uma postura mais favorável à restauração institucional do governo estadual.

As raízes dessa crise vinculam-se à crise de representatividade que perpassa a sociedade capixaba de cima abaixo, a qual se manifesta, sobretudo, por meio da ausência de vínculos estruturados e enraizados em interesses coletivos de grupos sociais capazes de se expressarem como força política organizada institucionalmente. A inexistência dessa relação entre representantes e representados, entre eleitores e partidos políticos, gera um círculo vicioso, que retroalimenta os padrões de inorganicidade e fisiologismo que marcam a estrutura do sistema político estadual.

Ainda segundo Zorzal (2004):

“São as elites dos setores tradicionais, com comportamentos predatórios em relação aos interesses públicos, que não incorporaram o *ethos* da modernidade democrática que detém o controle das instituições políticas e do próprio aparato do estado. A dinâmica econômica estadual não conseguiu gerar uma elite empresarial capaz de produzir e conduzir um processo de mudanças virtuosas nas esferas política e institucional, porque a forma acelerada e concentrada no tempo em que esse processo de mudanças econômicas induzidas exogenamente ocorreu incorporou de forma subalterna os diversos segmentos sociais e empresariais presentes no estado.” (ZORZAL, 2004, p. 67)

Um outro fator relevante é que, no Espírito Santo, o que se verifica é que grandes empresas, por possuírem seus centros de decisão, na maioria dos casos, fora do estado, optam por fazerem-se representar nos estados onde estão suas sedes. Tal fato pode explicar, por exemplo, o porque de ausência de planos futuros para o estado, uma vez que os objetivos e projetos destas grandes empresas, embora discursarem pró-ativas no desenvolvimento do estado, na prática possuem um universo estrutural não condizente e sequer voltado à questão desenvolvimentista.

Este descompasso entre o econômico e o institucional é o principal responsável pelos dilemas vividos pelo estado. Segundo Zorzal (2004, p. 81), isto significa dizer que “os

²⁷ O governo José Ignácio (1999-2002) foi marcado por “um caráter predatório da ação da máquina estatal nas relações com o setor privado e com a sociedade civil, ao mesmo tempo em que permitiu um ampliação dos espaços de manobra de lideranças vinculadas ao crime organizado no âmbito das instituições do estado” (ZORZAL, 2004, p. 67).

cidadãos não se sentem representados por aqueles que estão à frente das instituições públicas, que tem o poder de garantir a ordem, de definir os rumos do desenvolvimento estadual”. Sobre isto vai dizer Buffon que um elemento chave para se compreender a dinâmica econômica e social do Espírito Santo foi “a apropriação dos poderes locais por uma fração da elite econômica local, de natureza mercantil-especulativa, cujo raio de ação foi potencializado por um abundante esquema de renúncia fiscal e de incentivos (Buffon, 2004, p. 91)”.

O aprofundamento das atividades da estatal petroleira brasileira, dessa forma, se insere num momento chave e pode, de fato, representar um ponto de inflexão para os rumos da economia estadual. Cabe dizer, porém, que esta inflexão deve muito mais ser responsabilizada pela ação projetada do Estado do que pela Petrobrás em si. Embora esta empresa proporcionar o aumento na arrecadação tributária e possuir objetivos de funcionamento, pelo menos em termos estatutários, voltado à promoção do social, a maior autonomia conferida à estatal petroquímica brasileira pelo governo federal a partir da década de 1990 consolidou na empresa um caráter muito mais de empreendedorismo agressivo do que de promotor social.

Tal fato é respaldado pela política de terceirização generalizada adotada pela Petrobrás, que gerou um quadro muito mais característico de empresa privada; embora este efeito tenha sido positivo para sua competitividade internacional, mostra que, pelo contrário, sua ação direta não está muito preocupada com o desenvolvimento social. Como percebeu Spínola apud Maia e Graças (2006, p. 10) a Petrobrás em momentos de sua história pós-privatização era “[...] um verdadeiro Estado dentro do Estado brasileiro”, a ponto de não mais prestar contas de suas atividades nem ao governo, nem à sociedade.

Todavia, o caso norte americano mostra ser possível uma conciliação de sucesso desta atividade com o desenvolvimento local, nos moldes propostos neste trabalho (MAIA e GRAÇAS, 2006, p. 7). No caso brasileiro, porém, como já mencionado, este setor tem demonstrado caráter essencialmente oligopolista e de baixa integração vertical, explorando pouco o potencial de encadeamento possível nesta atividade. Tal característica penaliza o surgimento de novas empresas e a exploração de um nicho de produção importante no cenário mundial, que utiliza tecnologia de ponta nela vinculada, incluindo questões de soluções ambientais de escala mundial.

Cabe assim ao governo estadual aproveitar-se das arrecadações proporcionadas para aplicação rumo ao desenvolvimento. Em seu plano, o governo pretende estabelecer a rede de cidades, focando nos principais centros urbanos o fortalecimento dos arranjos produtivos locais mais condizentes com cada região e buscando estabelecer canais de comunicação entre estes municípios e entre estes e sua rede interna de municípios menores que eles influenciam.

O governo do estado, assim, procurará investir em serviços que geram efeitos de polarização, como educação, saúde, formação profissional e tecnológica, cultura, finanças, logística, energia, comunicações e demais serviços públicos (ES 2025, 2004, vol. 8). Esta ação será desenvolvida em parceria do governo estadual com as prefeituras municipais. As cidades foco desta polarização são as seguintes: Anchieta, Aracruz, Serrana, Caparaó, Cachoeiro, Nova Venécia, Linhares, São Mateus, Colatina e a Região Metropolitana.

7. CONCLUSÃO

“O desenvolvimento econômico é um processo complexo de mudanças e transformações sociais, através do qual a sociedade torna-se capaz de produzir maior quantidade de bens e serviços, destinados a satisfazer as sempre crescentes e diversificadas necessidades humanas. De modo mais simples, pode-se dizer que o desenvolvimento econômico é o processo de crescimento da economia de uma nação, que implica mudanças qualitativas associadas, como melhores condições de vida para a população” (PACHECO, 2004; p. 13).

Nunca se falou e aceitou tanto o discurso de que a inovação e a capacidade inovadora são definidoras do sucesso ou fracasso das riquezas das nações. No Brasil, diversos trabalhos têm se desenvolvido nesta linha, apontando os arranjos produtivos locais como rumo certo a ser tomado para o desenvolvimento. Todavia, estes trabalhos tem sido muito repetitivos em suas proposições, na maioria das vezes somente apontando para a receita tradicional da parceria tríplice do governo, empresas e centros de pesquisa, sem, sobretudo, detalhar melhor como se processaria esta parceria.

É importante esta discussão porque o que parece estar em pauta não é ‘o que fazer’, mas ‘como fazer’, haja vista a já existente interação entre estes agentes. ‘Como fazer’ aponta para a discussão dos erros, falhas e entraves dos sistemas de inovação de regiões periféricas que são defeituosas, mais do que inexistentes. A maneira em que este sistema se auto reproduz não garante o *catching up* destas regiões pois carrega consigo falhas de funcionamento no critério de geração de melhores condições econômico, político e sociais. As instituições formais e informais que regulam este funcionamento são as principais responsáveis por este mal resultado e, portanto, é o alvo maior desta discussão, bem como o lugar mais profícuo em gerar soluções. Mais do que criar coisas novas, há que se reestruturar o que já se tem.

Os teóricos do desenvolvimento têm sido categóricos em dizer que as soluções encontradas por uma dada região, podem funcionar totalmente diferente e aquém do sucesso quando aplicada em outra localidade. Dessa forma, cabe dizer que o estabelecimento da tríplice aliança acima citada parece ser um caminho precipitado, haja vista a carência de instituições informais e padrões de comportamentos adequados para os bons efeitos da cooperação. O combate direto à essas fontes institucionais, embora seja uma questão de ordem muito mais complexa e controversa em sua discussão, vem a ser o caminho mais fundamental para desenrolar um processo de desenvolvimento sustentável, pela correção de comportamentos viciados da formação institucional existente.

Apesar do discurso e das metas principais do plano ES 2025 apontarem para um melhoramento social, é possível se perceber a carência de uma visão mais holística do desenvolvimento humano. Aponta-se aqui para a seriedade em se colocar promessas de ser primeiro mundo, alcançado em um universo temporal de vinte anos para um estado exportador de commodities, dotado de uma Universidade que nem se encontra entre as dez do Brasil em educação, uma máquina estatal plural e toda uma complexidade de fatores referentes ao seu funcionamento sistêmico que até aqui só tem promovido desigualdade, resultados medianos e dispersão de propósitos.

Duas questões fundamentais estão neste ponto: a primeira é que a institucionalidade passada ser responsável pelos resultados futuros e, o outro ponto, seria como modificar estas falhas institucionais. Percebe-se que esta dependência é muito mais intensa no curto prazo como também é no curto prazo que se pode fazer escolhas que definem um novo paradigma de geração de resultados, aqui generalizado como sucesso no desenvolvimento humano local.

É importante verificar a não observância do desenvolvimento como liberdade na esfera do caso capixaba. O modelo de desenvolvimento, atrelado a um estado dominador e neoclássico em seu entendimento econômico foi o pilar das políticas econômicas desenvolvidas, que acabaram por valorizar o crescimento dos agregados econômicos, sem observar a esfera individual do desenvolvimento.

É importante notar ainda que tal modelo ainda não está muito distante da realidade que se propõe. Existe uma herança, até mesmo cultural, da idéia de que a industrialização conduziria um processo de melhoramento social de maneira automática. Esta desconexão com o social se manifesta na forma desigual dos aspectos distributivos, como visto na configuração do produto estadual.

Em tempos modernos, o empoderamento da população não pára somente na promoção de condições de subsistência. É necessário preparar uma população forte, pronta para entrar em rotina inovativa, capaz de gerar soluções competitivas que a tornam sempre concorrente no cenário mundial. A participação no topo do processo sistêmico mundial é o alvo principal, nesta posição, mais do que significar estar em posição de dominância, significa estar em condições de saúde econômica e social, resolvendo questões ambientais, trazendo novos produtos e processos nas empresas, trabalhando no governo com eficiência e inteligência, expandindo os recursos financeiros com habilidade.

Em conformidade com Kerstenzky (2000), é inconcebível o reconhecimento da autonomia do econômico no tocante aos assuntos sociais, de divisão da riqueza por esta fazer

parte do processo avaliativo da própria concepção da distribuição coletiva, sendo vital a cooperação interdiscursiva entre o raciocínio ético e o raciocínio econômico.

Por isso a importância de se investigar fenômenos que obstruem a ação coletiva, como a ausência de transparência política, o faccionismo, o legado histórico do clientelismo, do patrimonialismo, ou de regimes econômicos antigos que, por sua vivência, ocasionam problemas como a falta de participação política, as poucas alternativas de intervenção e conscientização para a participação comunitária.

Na visão de Sen, não necessariamente o processo de desenvolvimento implicaria em desequilíbrio porque, a mesma valorização que se deve promover em uma dada região, é a mesma necessária ao desenvolvimento de outra. Desta forma, a chamada à valorização do capital humano existente torna-se uma máxima global do desenvolvimento regional, eliminando o critério concentrador sob uma nova visão de desenvolvimento.

Mais do que a falta de projetos, a falta de articulação para execução de projetos que envolvam a população e alavanquem a atividade econômica é o principal problema enfrentado hoje por economias retardatárias. As instituições formais e informais contidas são responsáveis pelo mal funcionamento destes processos. Alguns destaques destas carências institucionais são a falta de participação popular no processo decisor, o má representação dos agentes públicos e a falta de cooperação entre os diferentes grupos sociais existentes.

Um importante elemento a ser considerado é o de que a vitalidade das economias não depende, pois, do percentual da produção que conseguem exportar, mas da intensidade de articulação setorial e da eficiência produtiva interna nos seus sistemas produtivos e de mercados locais. Isso justifica a intervenção intencionada e da regulação cooperativa para o desenvolvimento local, a qual diferencia do assistencialismo e do paternalismo. A falta de uma política para as micro e pequenas empresas é um importante fator para explicar o atraso destas economias, uma vez que estas compõem o imenso tecido econômico regional, bem como quem abraça a maior parte da população economicamente ativa, ainda que não apresentem grandes agregados em termos de produção.

O mercado externo, tanto interestadual como internacional deve ser o foco das pequenas economias municipais, haja visto o baixo nível de renda da população local, como alternativa de captar renda externa. Este angariar de renda externa passa necessariamente por aspectos de produção, ou seja, necessário é abrir frentes produtivas de projetos diversificados condizentes com a demanda mundial.

A economia evolucionária, por sua vez, está ciente que a inovação é resultado de um processo social, o que tem mudado a base para se fazer políticas industriais e tecnológicas.

Nesta visão, os fatores do *embeddeness*, ou seja, as formas de interação irão influenciar e muito o desempenho regional, onde o aprendizado interativo e a cooperação entre os agentes são fundamentais. Mudanças técnicas e organizacionais é um processo endógeno.

Dessa forma, as externalidades econômicas destacadas em Marshall, passam pela observância de se construir um ambiente socialmente interativo na esfera geográfica, certamente primando para que essas interações sejam produtivas; e, assim sendo, abra-se as portas para o empoderamento geral da população, como instrumento de seu desenvolvimento.

Para o caso brasileiro, que se focou em uma industrialização excessiva em infraestrutura, no qual o ES se enquadra amplamente, nota-se uma ausência quase completa de referências à demanda intermediária como elemento propulsor do crescimento através de efeitos técnicos para frente e para trás.

Mais que isso, é preciso se perceber que a falta de demanda intermediária é somente um indicativo de um problema muito mais complexo que remete justamente às idéias do desenvolvimento como liberdade. Tal modelo não observa as atribuições de dotar sua população e trazer o desenvolvimento social acompanhando o crescimento econômico. A falta de demanda intermediária denota uma ausência de mercado consumidor, uma população sem renda, sem participação efetiva nos benefícios do crescimento; restrita em sua liberdade, tolida de sua supremacia individual.

Em aspecto conclusivo, cabe retomar os objetivos no sentido de verificar o que se foi tratado, de maneira a se obter as respostas que se pretendeu. Como proposta central, a preocupação com o desenvolvimento econômico regional fez desta investigação um processo complexo, mas certamente, muito estimulante. É importante se trabalhar idéias que visem a expansão qualitativa territorial brasileira, haja vista o universo humano que tais investigações possuem.

A literatura mundial tem sido farta no que diz respeito ao assunto, mas as soluções de ordem prática, todavia, não são tão abrangentes. Fenômenos como o *catching up* dos pequenos países subdesenvolvidos da Ásia são exceções mais do que a regra da distribuição da riqueza mundial. De igual forma, as ações locais que favorecem o desenvolvimento e, sobretudo, as ações locais capazes de solver problemas comportamentais antigos são exemplos raros até então. Sobre isto, pesa todo o aparato institucional consolidado nos padrões de comportamento, que priva a opção distributiva por não se tratar do objetivo central do capitalismo a promoção do bem comum, ainda que este esteja cada vez mais próximo de ser atingido dado feitos poderosos da supremacia do capital.

Disto tudo, ficou claro a importância que tem o modelo de desenvolvimento adotado. Os resultados obtidos são diretamente proporcionais aos rumos deliberados no seu tempo. Como foi visto, no caso do Espírito Santo, optou-se por uma industrialização pautada em grandes investimentos de capital e fortemente focada em investimentos estruturais. A discussão do social, em segundo plano, tratou-se de medidas de soluções de entorno para o processo - visto como maior, da ampliação do potencial produtivo de sua economia.

O mundo mais adiante daria uma resposta negativa a tal modelo de desenvolvimento, no período da reestruturação dos anos 1980. A economia capixaba e brasileira passaria por uma década perdida, colhendo os frutos de um modelo desenvolvimentista incompleto e que fez a opção incorreta. E ainda não seria na década de 1990 que as coisas se resolveriam.

Na tentativa de resolver a questão, o universo macroeconômico é trabalhado nacionalmente de maneira a solver as pressões inflacionárias e se voltar a atrair o capital externo para financiar o funcionamento da economia em geral. Na educação, reformas procuram gerar volume a todo custo, sem, todavia, conseguir tocar no problema de forma mais qualitativa. Ainda assim, talvez da maneira que foi possível, a estabilização foi adquirida e uma nova mentalidade começou a ser gerada desde então.

Como fator importante para isto, as próprias privatizações tiveram uma repercussão importante para uma inflexão no comportamento geral do empresariado e na política brasileira. A reformulação das empresas privatizadas, entrando em uma lógica concorrencial mais pró-mercado, ainda que com uma transição difícil, serviu para colocar o Brasil, de uma forma geral, mais inteirado do processo econômico mundial e este; a partir daí, conseguiu dar saltos qualitativos nesta direção. Este é o final da década de 1990 e início dos anos atuais. Aqui se encontram exemplos típicos, como o próprio governo federal atual e a gestão estadual do governo Paulo Arthung.

Olhando para o caso capixaba, a retrospectiva proposta leva a enxergar a dinâmica do capital procedendo na sua maneira subdesenvolvida de se manifestar, onde a concentração traz reflexos muito mais depreciativos sobre a população excluída do funcionamento principal; forçada a criar mecanismos de sobrevivência – sem necessariamente falar de economia solidária, tal como se tem dado - que os fazem resgatar suas raízes de formação cultural, como a agricultura familiar ou mesmo buscar a rota da informalidade.

Sobretudo, a questão mais difícil de se solucionar, na qual Guilherme Pereira já se preocupava há dez anos atrás ao estudar o ES: como fazer da missão centrípeta – o investimento e foco maciço na região metropolitana se reverter em uma missão centrífuga, em direção ao interior. O que este trabalho conclui é que as respostas propostas ainda não são

suficientes, por estas guardarem um ranço histórico da tradição na qual o dinheiro compraria a liberdade. Como foi visto, o esquecimento do *trade off* existente de um outro axioma, de que a liberdade compra o dinheiro, muito bem defendido por Amartya Sen, é a principal razão deste argumento. Por esta razão se afirmar que o universo de tempo que se deseja alcançar as reformas no estado possam ser pouco críveis, sobretudo, ao considerar o desafio de mudança institucional.

A capacitação da população é o principal capital a ser desenvolvido. Ele advém do crescimento, mas também e principalmente, é a principal condição a priori para que este ocorra. Como visto, a tecnologia é o local em que se procede aos ganhos e as perdas concorrenciais. Em tempos modernos, a inteligência construída é uma chave indispensável e uma liberdade fundamental para se adquirir outras liberdades.

Em segundo lugar, pode-se verificar também um outro fator de entrave para esta solução, quais sejam, os fatores de aglomeração levantados por Marshall em seu livro “*Princípios de Economia*” (MARSHALL, 1890). A possibilidade de interação maximizada do grande centro, a imensa rede de capacitação profissional criada, as redes de comunicação e circulação de informações pró-geração de tecnologia são elementos cumulativos que ainda fazem do grande centro o foco principal do capital. Tal fato, por mais que se fale em potencialidades locais, tem sido o prevalecer do funcionamento da economia já a longos anos; a ‘*blue banana*’ está aí para bem ilustrar a idéia.

Por fim, como mais um fator que confirma este fato, a própria consolidação da ação governamental, embora intencione trazer maior desenvolvimento ao interior, com a canalização dos *royalties* e participações especiais para estes municípios, ainda assim, contempla um universo de investimentos em muito maior escala para a metrópole. Os investimentos previstos, como visto, concentram-se nos setores que englobam as grandes indústrias do eixo central.

A abordagem complexa foi um importante instrumento para a visualização destes elementos. A retrospectiva e a delimitação de um mecanismo dual de relações levaram a discussão para uma visualização melhorada dos rumos tomados e dos rumos possíveis ao estado. O processo evolutivo estadual passa, de fato, pela dinâmica complexa dos elementos de decisão e a dinâmica estrutural diz muito de como estes mecanismos decisores são renovados.

Também esta metodologia foi importante para a identificação do modelo de desenvolvimento processado. Juntamente com a abordagem das capacitações, pôde-se perceber os elementos sociais envolvidos em todo movimento econômico, que, com certeza,

traz os elementos de reprodução social e política inculcados no seu funcionamento. Dessa forma, gerar tecnologia através do desenvolvimento de arranjos produtivos locais trata-se da mesma resposta à solução da pobreza, ainda que a tecnologia e o social pareçam tão distantes.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVITZ, M. **The origins of the postwar catch-up and convergence boom**. In: Fagerberg, J., Verspagen, B., Tunzelmann, N. (editors). *The dynamics of technology, trade and growth*, cap. 2. England: Edward Elgar Publishing, 1994.

ADERES. **Agência de Desenvolvimento em Rede do ES S.A.** Disponível em: <http://www.aderes.es.gov.br>. Acesso em: 23 de novembro de 2006.

ASHEIM, Bjorn T., COOKE, Philip. **Local learning and interactive innovation networks in a global economy**. In: Malecki, E. e Oinas, P. (eds.). *Making Connections*. Aldershot: Ashgate, 1998.

BARQUERO, Antonio Vazquez. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002.

BEZERRA, Márcio Félix C. **Petróleo e gás como catalisadores dos arranjos produtivos locais: a nova dinâmica de desenvolvimento do Espírito Santo**. 200 Maiores Empresas. Vitória, ano X, n 10, 2006.

BITTENCOURT, Gabriel A. **Esforço industrial na República do Café: o caso do Espírito Santo 1889-1930**. Vitória: UFES/FCAA, 1982, p. 33-62.

BLAKELY, E. J. **Planning local economic development: theory and practice**. 2ª ed. California: Sage, 1994.

BOUDEVILLE, Jacques R. **Problems of regional economic planning**. Edinburg: University Press, 1966.

BUFFON, José Antônio Bof. *Janelas abertas para a Inovação*. In: VASCONCELLOS, João Gualberto (org). **Memórias do desenvolvimento**. Vitória: Editora Multiplicidade, 2004; p. 89-120.

CAÇADOR, Sávio Bertochi. **Os impactos dos royalties do petróleo na economia e nas finanças públicas do Espírito Santo e de seus municípios**. Disponível em: <http://www.royaltiesdopetroleo.ucam-campos.br>. Acesso em: 20 de abril de 2008.

CALDAS, José. **No olho do Furacão**. (Entrevista a Marta Zorzal). In: Revista Vida Brasil. 1ª quinzena, Março, 2003; p. 08-12 e 38-40.

CASSIOLATO, José E., SZAPIRO, Marina. **Arranjos e Sistemas Produtivos e Inovativos Locais no Brasil**. Rio de Janeiro: IE/UFRJ, 2002. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/redesist/index.html>. Acesso em: 1 de outubro de 2006.

CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, H. M. M. **Globalização e inovação localizada: experiências de sistemas locais do Mercosul**. Brasília: IBICT/MCT, 1999.

- CASTELLS, Manoel, HALL, Peter. **Technopoles of the world**. Londres: Routledge, 1994.
- CASTIGLIONI, Aurélia H. (Org) et al. **Imigração Italiana no Espírito Santo: uma aventura colonizadora**. Vitória: UFES, 1998.
- CHANG, Ha-Joon. **Chutando a Escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica**. São Paulo: Editora UNESP, 2004; pgs 29-203.
- COLBARI, Antonia. **Imigrantes italianos no Espírito Santo**. Revista Brasileira de História. V. 17, n. 34, São Paulo, 1997.
- DADALTO, Maria Cristina. **Rede Solidária: Arranjos Produtivos ítalo-brasileiros**. Vitória: Santonio, 2005; p. 47-132.
- DOSI, G., PAVITT, K., SOETE, L. **Technology and Trade: na overview of the literature**. In: *The economics of technical change and international trade*. Great British: Harvester Wheatsheaf, 1990; pp. 15-39.
- EDQUIST, Charles. **The Systems of Innovation Approach and Innovation Policy: An account of the estate of the art**. Texto apresentado para a DRUID Conference, Aalborg, Junho de 2001, com o tema '*National Systems of Innovation, Institutions and Public Policies*'.
- ES 2025. **Plano de desenvolvimento Espírito Santo 2025: carteira de projetos estruturantes**. Espírito Santo: Macroplan, 2006. 10 Volumes. Disponível em: <http://www.espiritosanto2025.com.br>. Acesso em 16 de janeiro de 2007.
- FREEMAN, C. – “**Japan: A New National System of Innovation?**” in: *Technical Change and Economic Theory*. Londres: Pinter Publishers, 1988.
- FRIEDMANN, John e WEAVER, Clyde. **Territorio y función**. Madrid: IEAL, 1981.
- FERREIRA, Inês Simon (org.). **SC 03 –Estratificação de Classes e Atomização Social**. Vitória: Secretaria de Produção e Difusão Cultural/UFES/Depto. Estadual de Cultura, 1994.
- GARTENKRAUT, Michal. **ES: uma locomotiva na economia brasileira**. Entrevista concedida à Rede de Notícias. Disponível em: <http://www.rededenoticias.com.br/materia.php?id=2740>. Acesso em: 23 de janeiro de 2007.
- HADDAD, Eduardo et al. **Macroeconomia dos estados e matriz interestadual insumo-pruduto**. Disponível em: www.econ.fea.usp.br/nereus/papers%5Chaddad-azzoni6-4.pmd.pdf. Acesso em: 11 de novembro de 2007.
- HANTEQUESTE, Adriano G. **Economia capixaba: cadeia de petróleo e gás**. Vitória: Unices, 2006.
- HERRSCHEL, Tassilo; NEWMAN, Peter. **Governance of Europe's city regions: planning, policy and politics**. London, New York: Routledge, 2002.
- HIRSCHMAN, Albert O. **Estratégia do Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961. (Primeira edição: 1958).

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES. **Espírito Santo: produto interno bruto Estado e municípios 2004**. Vitória, 2007.

INVESTIMENTOS Previstos para o Espírito Santo, 2006-2011. Vitória: SEP/IJSN, 2007, 44 p.

KERSTENETZKY, Célia Lessa. **Desigualdade e Pobreza: Lições de Sen**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, 2000, vol.15, n. 42, ISSN 0102-6909.

LAHORGUE, Maria Alice. A complexidade do real: a ciência regional à procura de uma nova matriz de leitura. Porto Alegre: **Ensaio FEE**, 1993, ano 14, nº 2; p. 711-728.

_____. **L'approche du developpement regional par les systemes complexes : lecas du plateau du Rio Grande do Sul – Bresil**. Paris: Université de Paris, 1986, pp. 78-92.

_____. **Pólos, Parques e Incubadoras**. Brasília : Anprotec, 2004.

LE MOIGNE, Jean-Louis. **L'intelligence de la complexité**. In : *Science te pratique de la complexité : actes du colloque de Montelier*. Paris : La Documentation Française, 1986.

LE MOIGNE, Jean-Louis. **La modélisation des systèmes complexes**. Paris : Dunod, 1983.

LEYDESDORFF, Loet, FRITSCH, Michael. **Measuring the knowledge base of regional innovation systems in Germany in terms of a Triple Halix dynamics**. Amsterdam: Elsevier, 2006.

LLORENS, F. A. **Desenvolvimento econômico local: caminhos e desafios para a construção de uma nova agenda política**. Rio de Janeiro: BNDES, 2001.

LUNDVALL, B-A. “**Innovation as an interactive process: from user-producer interaction to the national innovation systems**”. In: Dosi, G.; Freeman, C.; NELSON, R. R., SILVERBERG, G.; SOETE, L. (orgs.). *Technical Change and Economic Theory*. London: Pinter, 1988.

MAIA, Sodrê Fraga, GRAÇAS, Maria das. O Caso da Indústria Petroquímica. In: _____. **Integração universidade/empresa como fator de desenvolvimento regional: um estudo da Região Metropolitana de Salvador**. Tese (Doutorado em Ciência Humanas de Sociais) Departamento de Geografia Física e Análise Geográfica Regional. Barcelona: Universitat de Barcelona, 2006, cap. 7, p. 195-216.

MALERBA, F. **Sectorial system and innovation and technology policy**. Revista Brasileira de Inovação, volume 2, n. 2, junho/dezembro de 2003.

MARSHALL, A. (1890). **Princípios de Economia: tratado introdutório**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

- METCALFE, J. S. **On rival concepts of competition and the evolutionary connection.** In: *Evolutionary economics and creative destruction*. London and New York: Routledge, 1998; pp. 10-40.
- MORAES, Keisy Bossan. **Os dois lados da nova Macaé.** Disponível em: http://www.fsma.edu.br/Publicidade/minhoca/01/artigo_keisy.htm. Acesso em: 21 de janeiro de 2007.
- MORIN, Edgar Morin. **Introduccion al pensamiento complejo.** (1ª ed) Barcelona: Gedisa S.A., 1990. Disponível em: <http://cibereconomia.iespana.es/carpeta2/introduccion%20al%20pensamiento%20complejo.doc>. Acesso em: 23 de março de 2007.
- MORIN, E. **O Problema epistemológico da complexidade.** Lisboa: Publicações Europa-América, 1985; p. 13-40; 97-116.
- NAZZARI, Rosana Kátia; 2006. **Socialização política e capital social: empoderamento os estudantes em Cascavel/PR.** Disponível em: www.sociologia.ufsc.br/npms/gt3.pdf. Acesso em: 02 de novembro de 2007.
- NELSON, Richard R., WINTER, Sidney G. **As Fontes do Crescimento Econômico.** Trad. de Adriana Freitas. Campinas: Editora da Unicamp, 2006.
- NORONHA, Eduardo G.,TURCHI, Lenita. **Política industrial e ambiente institucional na análise de arranjos produtivos locais.** Brasília: IPEA, 2005, texto para discussão nº 1076.
- NUNES, Débora . **A construção de uma experiência de economia solidária num bairro periférico de Salvador.** Salvador: SEI, vol 12, n 1 , 2002, pg 59-76. Disponível em: twiki.dcc.ufba.br/pub/PSL/EconomiaSolidaria/ExperincianumBairrodeSalvador-Bahia.pdf. Acesso em: 20 de outubro de 2006.
- PACHECO, C. **A aplicação e o impacto dos royalties do petróleo no desenvolvimento econômico dos municípios confrontantes da Bacia de Campos.** Monografia de graduação em Ciências Econômicas defendida no Instituto de Economia da UFRJ, 2003.
- PEREIRA, Guilherme Henrique. **Política industrial e localização de investimentos e o caso do Espírito Santo.** Vitória: EDUFES, 1997.
- PEREZ, Carlota, SOETE, Luc. **Catching up in technology: entry barriers and windows of opportunity.** In: DOSI, Giovanni et all (org.). *Technical change and economic theory*. Londres: MERIT, 1988. p 458-479.
- PERROUX, François. **A economia do século XX.** Trad. José Lebre de Freitas. Lisboa: Herder, 1967.

PAC. **Plano de Aceleração do Crescimento**. Disponível em:
<http://www.fazenda.gov.br/portugues/releases/2007/r220107-PAC-integra.pdf> . Acesso em 09/03/2007

ROCHA, Haroldo C.; MORANDI, Ângela. **Cafecultura e Grande Industria: a transição no Espírito Santo 1955/1985**. Vitória: FCAA, 1991.

ROCHA, Haroldo C. *Inovações organizacionais e relações de trabalho: ensaios sobre o Espírito Santo*. In: VASCONCELLOS & DAVEL (Org.). **Formação econômica do Espírito Santo e sua lógica empresarial**. Vitória : EDUFES, 1998, pp. 33-75.

RUMOS 2015. **Estudos sobre desenvolvimento regional e logística de transportes no Rio Grande do Sul**. Disponível em:
http://www.scp.rs.gov.br/uploads/Desenvolvimento_Regional_atual_2.pdf. Acesso em 10 de abril de 2007.

SANTOS, Raul A. C. dos, HADDAD, Eduardo A. **Uma análise de insumo-produto da distribuição interestadual da renda no Brasil**. Disponível em:
http://www.anpec.org.br/revista/aprovados/Analise_insumoproduto.pdf. Acesso em 15 de março de 2007.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.

SIMÕES, Roberto Garcia, RODRIGUES, Antônio Celso Dias. **Espírito Santo século 21: versão regional MRH 203 - documento síntese**. Vitória: Rede Gazeta/UFES/GERES/BANDES/COPLAN, 1989.

SPERANZA, Juliana S. **Limites e possibilidades do desenvolvimento local: Sinais sociais/serviço social do comércio**. Departamento Nacional – vol. 1, n.2 (set/dez. 2006) – Rio de Janeiro, 2006. quadrimestral

STORPER, Michael. **Regional Technology coalitions: Na essential dimension of national technology policy**. Amsterdam: Elsevier Science B. V., 1995; Research Policy 24, p. 895-911.

STORPER, Michael, VENABLES, Anthony J. **Buzz : Face-To-Face Contact and the Urban Economy**. Londres: Centre of Economic Performance, 2003; 33 pgs.

TEIXEIRA, Francisco, GUERRA, Oswaldo. **Subsídios para a política científica, tecnológica e de inovação em setores industriais selecionados na Bahia**. Salvador: UFBA, 2004.

TOLOSA, Hamilton. 1972. *Pólos de crescimento: teoria e política econômica*. In: HADDAD, Paulo (Ed.). 1972. **Planejamento regional: métodos e aplicação ao caso brasileiro**. Rio de Janeiro. p. 189-243.

TORRES, Adelino. **Desenvolvimento Econômico, cultura e complexidade**. Lisboa: FLAD, 2000, 15 pgs. Disponível em:

www.adelinotorres.com/trabalhos/desenvolvimentoculturaacomplexidade.pdf. Acesso em 28 de março de 2007.

TORRES, Adelino. **Metodologia**. Disponível em: <http://www.adelinotorres.com/metodologia/Adelino%20Torres-SEMIN%C3%81RIO%20DE%20METODOLOGIA-documento%20preliminar.pdf>. Acesso em 28 de março de 2007.

VALE, Eduardo. **Simulação do impacto econômico da mineração: relatório final**. Brasília: SMM/MME, 2003; 20 p.

VALVERDE, Sebastião Renato et al. **Participação do setor florestal nos indicadores socioeconômicos do estado do Espírito Santo**. Revista *Árvore*. Viçosa, 2005, v.29, n.1, p.105-113.

VASCONCELLOS, João G., PANDOLFI, Ricardo. *Elites e Gestão do Desenvolvimento: uma reflexão sobre o caso do Espírito Santo*. In: VASCONCELLOS, João Gualberto (org). **Memórias do desenvolvimento**. Vitória: Editora Multiplicidade, 2004; p. 123-143.

VASCONCELLOS e DAVEL (Org). **Inovações organizacionais e relações de trabalho: ensaios sobre o Espírito Santo**. Vitória: EDUFES, 1998, pp. 1-135.

ZANON, Rogério da Silveira. **Royalties e municípios**. Disponível em: www.sefaz.es.gov.br/educacao_tributaria/arquivos/Royalty-Rogério_Zanon.ppt. Acesso em: 15 de fevereiro de 2008.

ZORZAL E SILVA, M. **A Vale do Rio Doce na estratégia do desenvolvimento brasileiro**. Vitória: EDUFES, 2004, pp. 119-179.

_____. **Espírito Santo: estado, interesses e poder**. Vitória: FCAA/SPDC, 1995.

_____. *Mudanças socioeconômicas, governo representativo e Governabilidade – (Impasses nas Arenas Subnacionais – o caso do Espírito Santo)*. In: **Revista Interface**, Ano II, nº 4, 1998, pgs. 95-106.

_____. *Interesses em jogo*. In: **Revista do Instituto Jones Santos Neves**, Vitória, Ano VI, nº 2, Jul-Set 1987.

_____. **O Espírito Santo face à logística de expansão da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD)**. Revista de História – UFES. Vitória, vol. 13, 2001, p. 1-18.